

Bruxelas, 23 de setembro de 2026
(OR. en)

13549/26
ADD 2

STAT 12
FIN 1351

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	17 de setembro de 2026
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2026) 474 annex
Assunto:	ANEXO do RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO E AO CONSELHO relativo às regras adotadas pela autoridade investida do poder de nomeação de cada instituição para dar cumprimento ao Estatuto dos Funcionários

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2026) 474 annex.

Anexo: COM(2026) 474 annex



COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 17.9.2026
COM(2026) 474 final

ANNEX 2

ANEXO

do

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO E AO CONSELHO

**relativo às regras adotadas pela autoridade investida do poder de nomeação de cada
instituição para dar cumprimento ao Estatuto dos Funcionários**

PARLAMENTO EUROPEU

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime Aplicável aos Outros Agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I — Disposições gerais

1.º-D, n.º 4	Deficiência	Decisão da Mesa de 22 de junho de 2005 (Código de Boas Práticas em matéria de Emprego de Pessoas com Deficiência)	22.6.2005		1 RE
		Regras internas relativas à execução do artigo 1.º-D, n.º 4 (Pessoas com deficiência)	1.4.2015		1 RE
1.º-E, n.º 2	Rastreio médico para pessoal específico	Decisão do Secretário-Geral de 22 de janeiro de 2018 — Regras internas em matéria de rastreio médico para cargos de segurança, vigilância e risco definido ocupados por funcionários e outros agentes	1.3.2018		1 RE
1.º-E, n.º 1 e n.º 3 (e ROA)	Subsídio compensatório para os funcionários no Luxemburgo que auferem rendimentos inferiores ao salário mínimo	Decisão da Mesa, de 26 de abril de 2021, relativa à concessão de um subsídio aos funcionários e outros agentes do Parlamento Europeu colocados no Luxemburgo com salários inferiores ao salário mínimo luxemburguês (com a redação dada pela Decisão da Mesa de 17.4.2023)	1.1.2021		1 RE
2.º	Poderes da AIPN	Decisão da Mesa, de 9 de dezembro de 2013, que visa delegar poderes em relação às questões relacionadas com a execução do Estatuto dos Funcionários	9.12.2013		1 RE
		Decisão da Mesa, de 13 de janeiro de 2014, relativa à delegação de poderes da AIPN e da entidade habilitada a celebrar contratos de admissão (EHCA)	13.1.2014		1 RE
		Decisão do Secretário-Geral, de 25 de setembro de 2017, que altera os poderes da AIPN e da EHCA na sequência da delegação de poderes prevista no artigo 9.º, n.º 3, da Decisão da Mesa, de 13 de janeiro de 2014, relativa à delegação de poderes da AIPN e da EHCA	1.10.2017		1 RE
5.º, n.º 4	Tipos de funções	Decisão do Secretário-Geral que define os tipos de funções abrangidos pelos diferentes lugares-tipos no secretariado do Parlamento	11.12.2015		1 RE
7.º, n.º 1	Mobilidade	Regulamento relativo à mobilidade do pessoal — Decisão da Mesa de 15 de janeiro de 2018	1.2.2018		1 RE
		Modalidades práticas de execução da política de mobilidade — Decisão do Secretário-Geral de 16 de fevereiro de 2019	16.2.2019		1 RE
9.º	Comité de Classificação	Decisão do Presidente de 30 de setembro de 1993	30.9.1993		1 RE

Título II — Direitos e deveres do funcionário

11.º-26.º	Código de Conduta	Decisão da Mesa de 7 de julho de 2008 — Guia sobre as obrigações dos funcionários e outros agentes do Parlamento Europeu	7.7.2008		1 RE
12.º-A	Assédio	Regras internas destinadas ao Comité Consultivo sobre as Queixas por Assédio entre Assistentes Parlamentares Acreditados e Deputados ao Parlamento Europeu e a Prevenção do Assédio no Local de Trabalho — DV/608697 — 21 de fevereiro de 2006	21.2.2006		1 RE
		Decisão da Mesa sobre o funcionamento do Comité Consultivo sobre as Queixas por Assédio entre Assistentes Parlamentares Acreditados e Deputados ao Parlamento Europeu e a Prevenção do Assédio no Local de Trabalho	1.9.2018		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Decisão do Secretário-Geral sobre as regras internas relativas à execução do artigo 22.º-C do Estatuto dos Funcionários	1.1.2016	30.11.2023	1 RE
		Decisão da Mesa sobre as regras internas relativas à execução do artigo 22.º-C do Estatuto dos Funcionários	1.12.2023		
24.º	Pedidos de assistência — Queixas por assédio relativas aos deputados ao Parlamento Europeu	Decisão da Mesa sobre o funcionamento do Comité Consultivo sobre as Queixas por Assédio entre Assistentes Parlamentares Acreditados e Deputados ao Parlamento Europeu e a Prevenção do Assédio no Local de Trabalho (alterada em 10 de julho de 2023)	1.9.2018		1 RE

24.º-A	Formação	Regulamento interno relativo às ações de aperfeiçoamento profissional, destinado aos agentes do Parlamento Europeu	1.1.2013	29.2.2021	1 RE
		Decisão do Secretário-Geral sobre a Aprendizagem e Desenvolvimento para o pessoal do Parlamento Europeu	1.3.2021		

Título III — Carreira do funcionário					
Capítulo I — Recrutamento					
27.º	Equilíbrio geográfico	Disposições gerais de execução do artigo 27.º do Estatuto dos Funcionários da União Europeia, adotadas por Decisão da Mesa de 21 de novembro de 2022	1.12.2022		1 DGE
27.º - 34.º	Recrutamento	Disposições gerais de execução aplicáveis aos concursos e procedimentos de seleção, recrutamento e classificação por graus dos funcionários e de outros agentes, de 17 de outubro de 2014	1.11.2014		1 DGE
29.º, n.º 2	Recrutamento de funcionários superiores	Decisão da Mesa que estabelece as etapas do procedimento de nomeação de funcionários superiores (última redação de 18 de fevereiro de 2008)	16.5.2000		1 RE

Capítulo II — Situação jurídica do funcionário					
Secção II — Destacamento					
37.º, alínea a)	Destacamento	Regras internas relativas ao destacamento de funcionários, de 16 de outubro de 2014, nos termos do artigo 37.º, alínea a)	1.11.2014		1 RE

Secção III — Licença sem vencimento					
40.º	Licença sem vencimento	Regras internas relativas à licença sem vencimento	1.11.2014		1 RE

Secção VI — Licença parental ou para assistência à família					
42.º-A	Licença parental	Decisão do Secretário-Geral, de 4 de setembro de 2014, relativa às disposições gerais de execução relativas à licença parental	1.10.2014		1 DGE
42.º-B	Licença para assistência à família	Regras internas relativas à licença para assistência à família, de 4 de junho de 2014	1.7.2014		1 RE

Capítulo III — Classificação de serviço, subida de escalão e promoções					
43.º	Relatório anual	Disposições gerais de execução em aplicação do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e dos artigos 15.º, n.º 2, e 87.º, n.º 1, do Regime Aplicável aos Outros Agentes (relatórios do pessoal)	1.11.2014		1 DGE
		Regras internas que regem a aplicação das disposições gerais de execução em aplicação do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e dos artigos 15.º, n.º 2, e 87.º, n.º 1, do Regime Aplicável aos Outros Agentes (relatórios do pessoal)	1.11.2014		1 RE
		Disposições gerais de execução que regem o procedimento relativo aos relatórios do pessoal aplicáveis aos funcionários superiores nos termos do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e do artigo 15.º, n.º 2, do Regime Aplicável aos Outros Agentes	27.2.2015		1 DGE
44.º, n.º 2 - 46.º	Confirmação em lugares de gestão	Regras internas que confirmam a nomeação de chefes de unidade, diretores e diretores-gerais (última redação de 18 de julho de 2014)	7.7.2008		1 RE
45.º	Promoção	Regras internas relativas aos comités consultivos sobre promoções	18.7.2014		1 RE

		Regras internas relativas à atribuição de pontos de mérito e promoções	20.12.2017		1 RE
		Decisão do Secretário-Geral, de 20 de junho de 2014, relativa à política sobre promoções e progressão na carreira	20.6.2014		1 RE
45.º-A	Certificação	Disposições gerais de execução relacionadas com o procedimento relativo a certificados (artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários) (última redação de 7 de julho de 2008)	26.9.2005		1 DGE

Capítulo IV — Cessação de funções					
Secção IV — Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional					
51.º	Insuficiência profissional	Regras internas relativas à execução do artigo 51.º do Estatuto dos Funcionários	1.1.2016		1 RE

Título IV — Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I — Duração do trabalho					
55.º	Condições de trabalho dos intérpretes	Disposições aplicáveis aos intérpretes do quadro e aos agentes intérpretes de conferência no Parlamento Europeu — Decisão do Secretário-Geral de 19 de julho de 2018	8.9.2018	5.11.2023	1 RE
		Disposições aplicáveis aos intérpretes do quadro e aos agentes intérpretes de conferência no Parlamento Europeu — Decisão do Secretário-Geral de 27 de outubro de 2023	6.11.2023		
55.º	Teletrabalho	Decisão do Secretário-Geral relativa ao regime de teletrabalho dos linguistas que trabalham na Direção da Tradução	10.2.2009	31.8.2021	1 RE
		Decisão do Secretário-Geral sobre o teletrabalho no Parlamento Europeu	1.11.2019	31.8.2021	
		Decisão do Secretário-Geral sobre o teletrabalho no Parlamento Europeu, de 16 de julho de 2021	1.9.2021	31.11.2022	
		Decisão do Secretário-Geral sobre o teletrabalho no Parlamento Europeu, de 29 de novembro de 2022	1.12.2022		
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão do Secretário-Geral, de 4 de junho de 2014, relativa às regras internas relativas ao trabalho a tempo parcial	1.7.2014		1 RE
56.º + Anexo VI	Horas extraordinárias	Regras internas relativas a horas extraordinárias	1.1.2014		1 RE

Capítulo II — Interrupção de serviço com justificação					
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Regras internas aplicáveis às interrupções de serviço (com a redação dada pela Decisão do Secretário-Geral de 2 de abril de 2023)	1.1.2014		1 RE
58.º	Licença de parto	Regras internas aplicáveis às interrupções de serviço (com a redação dada pela Decisão do Secretário-Geral de 2 de abril de 2023)	5.9.2014		1 RE
59.º a 60.º	Falta por doença	Regras internas relativas a exames médicos associados a ausências do trabalho por razões médicas e a exames médicos periódicos de pessoas que recebem o subsídio de invalidez	12.9.2014		1 RE

Título V + Anexo VII — Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I — Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII — Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I — Prestações familiares					
67.º a 68.º + Anexo VII (artigos 1.º a 3.º)	Prestações familiares	Disposições gerais de execução relativas a prestações familiares	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII [artigo 1.º, n.º 2, alínea d)]	Abono de lar por decisão especial	Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	Disposições gerais de execução relativas às pessoas consideradas como filhos a cargo	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar	1.12.2016		1 DGE

Secção III — Reembolso de despesas					
------------------------------------	--	--	--	--	--

71.º + Anexo VII (artigos 7.º a 8.º)	Despesas de viagem	Disposições gerais de execução relativas ao pagamento de despesas de viagem anuais	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Disposições gerais de execução relativas à determinação ou mudança de local de origem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de mudança de residência	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º - A)	Despesas de deslocação em serviço	Disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de deslocação em serviço	10.9.2009		1 DGE
		Regras internas que regem as deslocações em serviço dos funcionários e dos outros agentes do Parlamento Europeu (Decisão do Secretário-Geral de 20.7.2018)	1.9.2018		1 RE

Capítulo II — Segurança social					
Artigo 76.º	Assistência financeira	Regras internas relativas à aplicação do artigo 76.º do Estatuto dos Funcionários relativo à assistência financeira aos funcionários e outros agentes numa situação financeira particularmente difícil	1.12.2016		1 RE

Capítulo III + Anexo VIII — Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Disposições gerais de execução relativas à transferência de direitos de pensão	1.8.2011		1 DGE
Artigos 73.º e 78.º + Anexo VIII	Subsídio de invalidez	Regras internas relativas ao procedimento para reunir a comissão de invalidez	24.9.2010		1 RE

Título VI — Regime disciplinar					
86.º + Anexo IX	Procedimentos disciplinares e inquéritos administrativos	Decisão do Secretário-Geral, de 18 de maio de 2004, relativa às disposições gerais de execução que regem os processos disciplinares e as investigações administrativas	1.5.2004		1 DGE
86.º + Anexo IX	Investigações relativas aos júris do EPSO	Decisão do Secretário-Geral de 25 de abril de 2006	25.4.2006		1 RE

Regime Aplicável aos Outros Agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título II — Agentes temporários					
Capítulo I — Disposições gerais					
8.º + 12.º, n.º 5	Política geral para a admissão de agentes temporários	Disposições gerais de execução aplicáveis aos concursos e procedimentos de seleção, recrutamento e classificação por graus dos funcionários e de outros agentes, de 17 de outubro de 2014	1.11.2014		0
10.º	Reclassificação de agentes temporários	Regras internas relativas à reclassificação de agentes temporários admitidos nos termos do artigo 2.º, alínea a), do Regime Aplicável aos Outros Agentes	21.10.2014		1 RE

Capítulo IV — Condições de trabalho					
17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	Regras internas aplicáveis às interrupções de serviço (com a redação dada pela Decisão do Secretário-Geral de 12 de abril de 2023)	1.1.2014		0

Título IV — Agentes contratuais					
Capítulo I — Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Disposições gerais de execução aplicáveis aos concursos e procedimentos de seleção, recrutamento e classificação por graus dos funcionários e de outros agentes, de 17 de outubro de 2014	1.11.2014		0

Capítulo III — Condições de admissão					
82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Disposições gerais de execução aplicáveis aos concursos e procedimentos de seleção, recrutamento e classificação por graus dos funcionários e de outros agentes, de 17 de outubro de 2014	1.11.2014		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Disposições gerais de execução aplicáveis aos concursos e procedimentos de seleção, recrutamento e classificação por graus dos funcionários e de outros agentes, de 17 de outubro de 2014	1.11.2014		0

Capítulo IV — Disposições especiais relativas aos agentes contratuais a que se refere o artigo 3.º-A					
87.º	Avaliação dos agentes contratuais	Disposições gerais de execução em aplicação do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e dos artigos 15.º, n.º 2, e 87.º, n.º 1, do Regime Aplicável aos Outros Agentes	1.11.2014		0
		Regras internas que regem a aplicação das disposições gerais de execução em aplicação do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e dos artigos 15.º, n.º 2, e 87.º, n.º 1, do Regime Aplicável aos Outros Agentes (relatórios do pessoal)	1.11.2014		0

Capítulo V					
90.º	Intérpretes de conferência auxiliares	Decisão da Mesa de 15 de dezembro de 2008. Regras do PE aplicáveis aos intérpretes de conferência recrutados ao abrigo do artigo 90.º do ROA	1.2.2009		1 RE
90.º	Condições de trabalho dos intérpretes	Disposições aplicáveis aos intérpretes do quadro e aos agentes intérpretes de conferência no Parlamento Europeu — Decisão do Secretário-Geral de 19 de julho de 2018	8.9.2018	5.11.2023	1 RE
		Disposições aplicáveis aos intérpretes do quadro e aos agentes intérpretes de conferência no Parlamento Europeu — Decisão do Secretário-Geral de 27 de outubro de 2023	6.11.2023		

Título VII — Assistentes parlamentares					
125.º a 139.º	Medidas de execução para o título VII	Medidas de execução para o título VII do Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia (última alteração: Decisão da Mesa de 2 de outubro de 2017 e de 5 de julho de 2021)	14.5.2014		1 RE

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime Aplicável aos Outros Agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I — Disposições gerais

1.º-D, n.º 4	Deficiência	Decisão n.º 12/2019 que aplica o artigo 1.º-D, n.º 4, do Estatuto dos Funcionários no que diz respeito às adaptações razoáveis para as pessoas com deficiência, e que estabelece procedimentos para o tratamento dos pedidos	15.4.2019		1 DGE
1.º-D, n.º 4 + 76.º	Concessão de apoio complementar às pessoas com deficiência	Decisão n.º 20/2021 que aplica as orientações interinstitucionais de abril de 2020 relativas à execução do apoio complementar às pessoas com deficiência	27.5.2021		1 RE
1.º-E, n.º 2	Saúde e segurança	Decisão n.º 61/16 que atualiza o papel e as funções do Comité Misto para a Melhoria da Saúde e da Segurança no Trabalho	1.1.2017		1 RE
2.º	Poderes da AIPN	Decisão (UE) 2017/262 do Conselho, de 6 de fevereiro de 2017, que determina, no Secretariado-Geral do Conselho, a autoridade investida do poder de nomeação e autoridade competente para a contratação de pessoal e que revoga a Decisão 2013/811/UE	6.2.2017		1 RE
		Decisão n.º 16/2017 do Secretário-Geral do Conselho que delega os poderes de decisão e o poder de assinatura no que respeita à aplicação do Estatuto dos Funcionários da União Europeia e do Regime aplicável aos outros agentes, e que revoga a Decisão n.º 22/14 e a Decisão n.º 23/14 (com a redação dada pela Decisão n.º 23/22 do Secretário-Geral do Conselho que altera a Decisão n.º 16/2017 que delega os poderes de decisão e o poder de assinatura no que respeita à aplicação do Estatuto dos Funcionários da União Europeia e do Regime aplicável aos outros agentes, a fim de garantir a continuidade no caso de o cargo de Secretário-Geral ficar vago, adotada em 29 de abril de 2022)	2.5.2017		1 RE
		Decisão n.º 39/18 do Diretor-Geral do Desenvolvimento Organizacional e dos Serviços que delega o poder de assinatura para atos abrangidos pela delegação de poderes de decisão e o poder de assinatura ao abrigo da Decisão n.º 16/2017 do Secretário-Geral, e que revoga a Decisão n.º 25/18	14.9.2018		1 RE
		Decisão do Secretário-Geral n.º 72/2014 relativa à delegação de poderes conferidos à autoridade investida do poder de nomeação/autoridade competente para a contratação de pessoal no que respeita ao estabelecimento dos direitos previstos no título III do acordo de nível de serviço relativo à colaboração entre o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia para o estabelecimento e a administração dos direitos de pensão	1.1.2015		1 RE
		Decisão n.º 47/2015 do Secretário-Geral do Conselho relativa à delegação de poderes conferida à autoridade investida do poder de nomeação/autoridade competente para a contratação de pessoal para o estabelecimento dos direitos relacionados com a atualização anual das remunerações e pensões, os coeficientes de correção, os subsídios e as deduções para os funcionários e outros agentes do Conselho Europeu e do Conselho	27.7.2015		1 RE
5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	Decisão n.º 45/17 do Secretário-Geral do Conselho da União Europeia relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções, e que revoga a Decisão 24/16	16.11.2017		1 RE
5.º + Anexo I e anexo XIII (artigos 30.º a 31.º)	Afetação de funcionários com responsabilidades especiais para os lugares de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015	Decisão 6/14 relativa à afetação de funcionários AD 9-14 com responsabilidades especiais para o lugar-tipo de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015 (última redação dada pela Decisão 34/14 que altera o organograma dos lugares de gestão e entidades administrativas e as nomeações para lugares equivalentes de gestão, conselheiro e/ou chefe de unidade)	1.1.2014		1 RE
7.º	Transferência	Decisão n.º 36/2017 do Secretário-Geral do Conselho da União Europeia relativa à mobilidade no Secretariado-Geral do Conselho, e que revoga a Decisão 101/2011 e a Decisão 21/2015	12.7.2017		1 RE

Título II — Direitos e deveres do funcionário

11.º a 21.º	Ética e integridade	A Decisão 61/2015 relativa às atividades externas e às funções exteriores substitui as disposições da Comunicação ao pessoal n.º 124/2000 e da Comunicação ao pessoal n.º 99/1998 sobre as atividades externas e substitui a Decisão 34/13 relativa a favores e ofertas	16.11.2015		1 RE
		Decisão n.º 43/2019 relativa à execução do artigo 16.º, segundo parágrafo, do Estatuto dos Funcionários da União Europeia e dos artigos 11.º e 81.º do Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia	8.10.2019		1 RE
12.º-A	Assédio	Decisão 15/2015 relativa ao assédio psicológico e sexual no trabalho	1.5.2015	29.6.2021	1 RE
		Decisão n.º 23/2021 relativa ao assédio moral e sexual no trabalho dentro do Secretariado-Geral do Conselho	29.6.2021		
11.º, 11.º-A, 12.º, 12.º-B, 15.º, 16.º, 17.º, 17.º-A, 19.º, 55.º, artigo 3.º do anexo IV-A, artigo 13.º, n.º 2, do anexo VIII, artigos 11.º, 16.º, 81.º	Atividades externas	A Decisão 61/2015 relativa às atividades externas e às funções exteriores	16.11.2015		0
16.º		Decisão n.º 43/2019 relativa à execução do artigo 16.º, segundo parágrafo, do Estatuto dos Funcionários da União Europeia e dos artigos 11.º e 81.º do Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia	8.10.2019		0
22.º-A a C	Denúncias	Decisão 3/2016 que adota regras internas para a denúncia de irregularidades graves — Procedimentos para a aplicação dos artigos 22.º-A, 22.º-B e 22.º-C do Estatuto dos Funcionários e do artigo 66.º, n.º 8, do Regulamento Financeiro	29.2.2016		1 RE

Título III — Carreira do funcionário

Capítulo I — Recrutamento

27.º a 34.º	Recrutamento	Decisão 18/2015 que adota disposições gerais de execução relativas aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando do recrutamento dos funcionários ou admissão de agentes temporários e que revoga a Decisão do Conselho de 29 de abril de 2004	25.3.2015		1 DGE
34.º	Período experimental	Decisão n.º 45/23 do Secretário-Geral do Conselho da União Europeia relativa aos períodos experimentais (artigos 34.º e 44.º do Estatuto dos Funcionários e artigos 14.º, 20.º, n.º 4, e 84.º do ROA)	14.9.2023		1 RE

Capítulo II — Situação jurídica do funcionário

Secção III — Licença sem vencimento

40.º	Licença sem vencimento	Decisão 9/2014 relativa à licença sem vencimento	1.1.2014		1 RE
------	------------------------	--	----------	--	------

Secção VI — Licença parental ou para assistência à família

42.º-A	Licença parental	Decisão 11/2014 que adota disposições gerais de execução relativas à licença parental	1.1.2014		1 DGE
42.º-B	Licença para assistência à família	Comunicação ao Pessoal n.º 67/04 sobre a execução do Estatuto dos Funcionários alterado — Licença sem vencimento/Licença parental/Licença para assistência à família	7.5.2004		1 RE

Secção VII — Licença no interesse do serviço

42.º-C	Licença no interesse do serviço	Decisão n.º 15/2020 relativa à execução da licença no interesse do serviço (artigo 42.º-C do Estatuto dos Funcionários)	19.2.2020		1 RE
--------	---------------------------------	---	-----------	--	------

Capítulo III — Classificação de serviço, subida de escalão e promoções

43.º	Relatório anual	Decisão do Conselho que estabelece disposições gerais de execução para a aplicação do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários relativo aos relatórios periódicos, publicada como anexo I da Comunicação ao Pessoal n.º 99/89, de 28 de julho de 1989, sobre as instruções gerais para a elaboração dos relatórios de avaliação	19.10.1981		1 DGE
45.º	Promoção	Decisão n.º 33/14 que altera a Decisão n.º 194/83 relativa às Comissões Consultivas de Promoção no Secretariado-Geral do Conselho	30.4.2014		1 RE
45.º-A	Certificação	Decisão n.º 34/2017 que adota disposições gerais de execução relativas à certificação nos termos do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários e que revoga a Decisão n.º 62/2015	16.10.2017	26.9.2023	1 DGE
		Decisão n.º 55/2023 que adota disposições gerais de execução relativas à certificação nos termos do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários	26.9.2023		

Capítulo IV — Cessação de funções					
Secção IV — Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional					
51.º	Insuficiência profissional	Decisão 46/2015 relativa ao procedimento para identificar, gerir e resolver os casos de insuficiência profissional	29.7.2015		1 RE

Título IV — Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I — Duração do trabalho					
55.º	Horário de trabalho	Decisão 50/2018 relativa ao horário de trabalho e que revoga a Decisão 42/2017	1.1.2019	12.10.2023	1 RE
		Decisão n.º 59/2023 do Secretário-Geral do Conselho relativa ao tempo de trabalho e ao teletrabalho no Secretariado-Geral do Conselho	12.10.2023		
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão 14/2014 relativa ao trabalho a tempo parcial, de 1 de janeiro de 2014 (artigo 55.º-A do Estatuto dos Funcionários e anexo IV-A)	1.1.2014		1 RE
		Decisão 50/2018 relativa ao horário de trabalho e que revoga a Decisão 42/2017	1.1.2019	12.10.2023	0
		Decisão n.º 59/2023 do Secretário-Geral do Conselho relativa ao tempo de trabalho e ao teletrabalho no Secretariado-Geral do Conselho	12.10.2023		
		Decisão n.º 59/2016 relativa ao teletrabalho e que revoga as Decisões 144/2012, 145/2012, 146/2012, 147/2012, 12/2013 e 1/2016	1.1.2017	26.2.2020	0
	Teletrabalho	Decisão n.º 8/2020 relativa ao teletrabalho	26.2.2020	12.10.2023	
		Decisão n.º 59/2023 do Secretário-Geral do Conselho relativa ao tempo de trabalho e ao teletrabalho no Secretariado-Geral do Conselho	12.10.2023		
56.º + Anexo VI	Horas extraordinárias	Decisão 50/2018 relativa ao horário de trabalho e que revoga a Decisão 42/2017	1.1.2019	12.10.2023	0
		Decisão n.º 59/2023 do Secretário-Geral do Conselho relativa ao tempo de trabalho e ao teletrabalho no Secretariado-Geral do Conselho	12.10.2023		
		Decisão 26/2017 que estabelece as disposições que regem a concessão do subsídio mensal fixo por horas extraordinárias para os secretários nos gabinetes pessoais do Presidente do Conselho Europeu e do Secretário-Geral do Conselho; para a equipa de proteção pessoal do Presidente do Conselho Europeu no âmbito do Serviço de Segurança; e para os condutores do Secretariado-Geral do Conselho, e que revoga a Decisão 49/10, a Decisão do Secretário-Geral Adjunto de 15 de junho de 2006 e a Decisão do Secretário-Geral Adjunto de 26 de junho de 2006	15.5.2017	20.10.2023	1 RE
		Decisão n.º 56/2023 do Secretário-Geral do Conselho que estabelece as disposições que regem a concessão do subsídio mensal fixo por horas extraordinárias para os secretários nos gabinetes pessoais do Presidente do Conselho Europeu e do Secretário-Geral do Conselho, para a equipa de proteção pessoal do Presidente do Conselho Europeu no âmbito do Serviço de Segurança e para os condutores do Secretariado-Geral do Conselho	20.10.2023		

Capítulo II — Interrupção de serviço com justificação					
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Decisão 1/2014 que estabelece regras de aplicação das disposições do Estatuto dos Funcionários em relação às interrupções de serviço dos funcionários no ativo no âmbito do Secretariado-Geral do Conselho	1.1.2014	27.5.2021	1 RE
		Decisão n.º 22/2021 do Secretário-Geral do Conselho que estabelece regras de aplicação das disposições do Estatuto dos Funcionários em matéria de licença no âmbito do Secretariado-Geral do Conselho	27.5.2021	12.10.2023	
		Decisão n.º 58/2023 do Secretário-Geral do Conselho que estabelece regras de aplicação das disposições do Estatuto dos Funcionários em matéria de licença no âmbito do Secretariado-Geral do Conselho	12.10.2023		
58.º	Licença de parto	Decisão 1/2014 que estabelece regras de aplicação das disposições do Estatuto dos Funcionários em relação às interrupções de serviço dos funcionários no ativo no âmbito do Secretariado-Geral do Conselho	1.1.2014	27.5.2021	0
		Decisão n.º 22/2021 do Secretário-Geral do Conselho que estabelece regras de aplicação das disposições do Estatuto dos Funcionários em matéria de licença no âmbito do Secretariado-Geral do Conselho	27.5.2021	12.10.2023	
		Decisão n.º 58/2023 do Secretário-Geral do Conselho que estabelece regras de aplicação das disposições do Estatuto dos Funcionários em matéria de licença no âmbito do Secretariado-Geral do Conselho	12.10.2023		
59.º a 60.º	Falta por doença ou acidente	Decisão n.º 9/2022 do Secretário-Geral do Conselho que estabelece regras de aplicação das disposições do Estatuto dos Funcionários em matéria de faltas por doença ou acidente	5.4.2022		1 RE
59.º, n.º 6	Consulta médica anual	Decisão 43/2015 relativa à determinação do montante máximo de reembolso dos honorários médicos relacionados com a consulta médica anual de rotina para 2015	8.7.2015		1 RE

Título V + Anexo VII — Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I — Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII — Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I — Prestações familiares					
67.º a 68.º + Anexo VII (artigos 1.º a 3.º)	Prestações familiares	Decisão do Conselho que adota disposições gerais de execução relativas aos artigos 67.º e 68.º do Estatuto dos Funcionários das Comunidades Europeias e aos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII do referido estatuto (publicada como anexo XI da Comunicação ao Pessoal n.º 80/04)	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII [artigo 1.º, n.º 2, alínea d)]	Abono de lar por decisão especial	Decisão do Conselho que adota disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial (publicada como anexo II da Comunicação ao Pessoal n.º 80/04)	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	Decisão do Conselho, de 29 de abril de 2004, que adota disposições gerais de execução relativas a uma pessoa considerada como filho a cargo (artigo 2.º, n.º 4, do anexo VII do Estatuto dos Funcionários) (publicada como anexo III da Comunicação ao Pessoal n.º 80/04)	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Decisão 13/2014 relativa às disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar	1.1.2014		1 DGE

Secção III — Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigos 7.º a 8.º)	Despesas de viagem	Decisão 12/2014 que adota disposições gerais de execução relativas às despesas de viagem do lugar de afetação para o lugar de origem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Decisão 32/2019 relativa à determinação do lugar de origem (artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII do Estatuto) e que revoga a Decisão 10/2014	18.7.2019		1 RE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão 38/2019 que adota disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência (artigo 9.º do anexo VII do Estatuto) e que revoga a Decisão 8/2014	18.7.2019		1 DGE

71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º-A)	Despesas de deslocação em serviço	Decisão 13/2019 relativa às disposições gerais de execução que adotam o Guia das deslocações em serviço e das viagens autorizadas dos funcionários e outros agentes do Secretariado-Geral do Conselho e de outras pessoas equiparadas, e que revoga a Decisão 57/2015	1.4.2019		1 DGE
---	-----------------------------------	---	----------	--	-------

Capítulo III + Anexo VIII e XIII — Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Disposições gerais de execução relativas aos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativo à transferência dos direitos de pensão (com a redação dada pela Decisão n.º 9/2021 de 7 de maio de 2021)	1.12.2011		1 DGE
73.º + 78.º	Origem profissional da invalidez	Decisão n.º 51/2022 do diretor-geral do desenvolvimento organizacional e serviços relativa à competência dos Conselheiros Jurídicos da Administração para realizar inquéritos administrativos com vista a apurar factos em casos relativos ao eventual reconhecimento da origem profissional da invalidez nos termos do artigo 78.º, quinto parágrafo, do Estatuto dos Funcionários e do artigo 33.º, n.º 1, quarto parágrafo, e do artigo 101.º, n.º 3, do Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia, e com vista a apurar factos em casos relativos ao eventual reconhecimento de uma doença profissional nos termos do artigo 73.º do Estatuto dos Funcionários e dos artigos 28.º e 95.º do Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia, sempre que tais casos possam estar relacionados com condições de trabalho fora do domínio estritamente médico	12.10.2022		1 RE

Título VI — Regime disciplinar					
86.º	Regime disciplinar	Decisão n.º 6/2021 do Secretário-Geral do Conselho da União Europeia que adota disposições gerais de execução relativas aos inquéritos administrativos e processos disciplinares	15.9.2021		1 DGE

Regime Aplicável aos Outros Agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título II — Agentes temporários					
---------------------------------	--	--	--	--	--

Capítulo IV — Condições de trabalho					
17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	Decisão 15/2014 relativa à licença de parto e ao subsídio para mulheres cuja licença de parto começa antes do final do seu contrato	1.1.2014		1 RE

Título IV — Agentes contratuais					
Capítulo I — Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão 7/14 que adota disposições gerais de execução relativas aos procedimentos de admissão e utilização de agentes contratuais, e que revoga a Decisão de 16 de junho de 2011	1.1.2014		1 DGE

Capítulo III — Condições de admissão					
82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão 7/14 que adota disposições gerais de execução relativas aos procedimentos de admissão e utilização de agentes contratuais, e que revoga a Decisão de 16 de junho de 2011 (publicada como anexo da Comunicação ao pessoal 61/11, em 23.6.2011)	1.1.2014		0

86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão 7/14 que adota disposições gerais de execução relativas aos procedimentos de admissão e utilização de agentes contratuais, e que revoga a Decisão de 16 de junho de 2011 (publicada como anexo da Comunicação ao pessoal 61/11, em 23.6.2011)	1.1.2014		0
------	---	---	----------	--	----------

Capítulo IV — Disposições especiais relativas aos agentes contratuais a que se refere o artigo 3.º-A					
87.º	Classificação dos agentes contratuais	Decisão 30/2019 relativa à classificação dos agentes contratuais no grau superior do mesmo grupo de funções e que revoga a Decisão 55/2014	21.5.2019		1 RE

COMISSÃO EUROPEIA

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime Aplicável aos Outros Agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I — Disposições gerais

1.º-D, n.º 4	Deficiência	C(1998) 2765/1 — Código de Boas Práticas para a Contratação de Pessoas com Deficiência [última redação dada pela Decisão C(2003) 4362 da Comissão]	15.9.1998		1 RE
		C(2004) 1318 — Decisão da Comissão relativa à execução do artigo 1.º-D, n.º 4, do Estatuto dos Funcionários	1.5.2004		1 RE
1.º-E, n.º 1 n.º 76	Medidas de natureza social	C(2013) 4876 final — Decisão da Comissão sobre as orientações relativas à assistência domiciliar ou a crianças doentes	9.8.2013		1 RE
1.º-E, n.º 1 e n.º 2	Teletrabalho	C(2022) 1788 final — Decisão da Comissão sobre o tempo de trabalho e o trabalho híbrido	1.4. 2022		0
1.º-E, n.º 2	Saúde e segurança	C(2003) 1670/3 — Decisão da Comissão relativa à proteção dos funcionários contra os efeitos do fumo do tabaco nos edifícios da Comissão	1.5.2004		1 RE
		C(2006) 1623 final — Decisão da Comissão que estabelece uma política harmonizada em matéria de saúde e segurança no trabalho para todo o pessoal da Comissão	26.4.2006		1 RE
		C(2020) 5973 final — Decisão da Comissão relativa às normas específicas de saúde e segurança para os locais da Comissão em Bruxelas e no Luxemburgo com a redação dada pela Decisão C(2020) 7603 final, de 28 de outubro de 2020, com a redação dada pela Decisão C(2021) 7699 final, de 21 de outubro de 2021, última redação dada pela Decisão C(2022) 332 final, de 14 de janeiro de 2022	27.8.2020		1 RE
2.º	Poderes da AIPN	C(2013) 3288 final — Decisão da Comissão relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários às AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes às EHCA [com a redação dada pela Decisão C(2016) 1881 final, [com a redação dada pela Decisão C(2019) 9435 final, de 23 de dezembro de 2019]	9.10.2013	16.2.2022	1 RE
		C(2021) 9126 final — Decisão da Comissão relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários às autoridades investidas do poder de nomeação (AIPN) e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes às entidades habilitadas a celebrar contratos de admissão (EHCA) [última redação dada pela Decisão C(2023) 6797 final, de 13 de outubro de 2023]	16.2.2022		
5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	C(2013) 8979 final — Decisão da Comissão relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.1.2014		1 RE
		C(2016) 3214 final — Decisão da Comissão relativa à função de conselheiro	8.6.2016		1 RE
		C(2010) 453 final — Decisão da Comissão relativa ao aumento da quota de conselheiros não estruturais na Direção-Geral da Informática	2.2.2010		1 RE
5.º + Anexo I e anexo XIII (artigos 30.º a 31.º)	Afetação de funcionários com responsabilidades especiais para os lugares de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015	C(2013) 8979 final — Decisão da Comissão relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.1.2014		0
7.º	Transferência	C(2008) 3983 final — Decisão da Comissão relativa ao estabelecimento de regras relativas à rotação dos funcionários nas Representações	1.8.2008		1 RE
		C(2009) 7839 final que estabelece regras de execução em relação à ocupação temporária de lugares de gestão	20.10.2009		1 RE
		SEC(2002) 146 — Orientações sobre mobilidade [alteradas pela C(2003) 3985 — Modificação das orientações sobre mobilidade]	12.2.2002		1 RE

9.º	Comités	Regras que estabelecem a composição e o funcionamento do Comité do Pessoal de 22.10.1997	23.12.1997		1 RE
		C(2011) 3588 final relativa aos recursos humanos e financeiros do Comité do Pessoal da Comissão Europeia	27.5.2011		1 RE
		C(2005) 2665 relativa ao reforço do diálogo social na Comissão através de comissões paritárias	15.7.2005		1 RE

Título II — Direitos e deveres do funcionário					
11.º a 21.º	Ética e integridade	Notificação Administrativa n.º 4-2019, de 8 de janeiro 2019, sobre as Orientações sobre as redes sociais para os funcionários	8.1.2019	9.6.2023	1 RE
		Notificação Administrativa n.º 22-2023 — Orientações sobre as redes sociais para os funcionários da Comissão	9.6.2023		
		SEC(2012) 167 final — Comunicação do Vice-Presidente Šefčovič à Comissão relativa às Orientações sobre ofertas e hospitalidade para os membros do pessoal, publicada como Notificação Administrativa n.º 07-2012	7.3.2012		1 RE
		Notificação administrativa 24-2016 — Orientações para os funcionários sobre a utilização dos serviços da Comissão no domínio das tecnologias da informação e da comunicação	18.5.2016		1 RE
12.º-A (1.º-D, 12.º, 24.º, 110.º)	Assédio	C(2006) 1624/3 — Decisão da Comissão relativa à política da Comissão Europeia destinada a proteger a dignidade da pessoa e prevenir o assédio psicológico e sexual	27.4.2006	13.12.2023	1 RE
12.º-B (11.º, 11.º-A, 12.º, 15.º, 16.º, 17.º, 17.º-A, 19.º, 40.º, 55.º)	Atividades externas	C(2023) 8630 final — Decisão da Comissão relativa à prevenção e luta contra o assédio moral e sexual e que revoga a Decisão C(2006) 1624/3 C(2018) 4048 final — Decisão da Comissão relativa às atividades e funções externas, e ao exercício de uma atividade profissional após a cessação de funções	13.12.2023 1.9.2018		1 RE
15.º (11.º-A, 12.º, 17.º)	Atividades externas — conduta do pessoal relacionada com as eleições	C(2019) 1120 final — Decisão da Comissão relativa à conduta dos funcionários e outros agentes durante a campanha para as eleições europeias de 2019	1.3.2019		1 RE
22.º	Responsabilidade financeira	SEC(2004) 730/5 — Orientações para aplicação do artigo 22.º do Estatuto dos Funcionários (Responsabilidade financeira dos funcionários)	9.6.2004		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Notificação Administrativa 16-2013 — Comunicação do Vice-Presidente Šefčovič à Comissão relativa às orientações sobre denúncias [SEC(2012) 679]	6.12.2012		1 RE
24.º-A	Formação	C(2016) 3827 final — Decisão da Comissão que revoga as regras existentes relativas à aprendizagem e ao desenvolvimento	25.6.2016		1 RE
		C(2016) 3828 final — Decisão da Comissão relativa às regras de acesso à formação, em aplicação da estratégia de aprendizagem e desenvolvimento da Comissão Europeia C(2016) 3829 final — Comunicação da Comissão sobre a Estratégia de Aprendizagem e Desenvolvimento da Comissão Europeia	24.6.2016		1 RE
24.º-A (57.º, Anexo V)	Formação por iniciativa própria	C(2016) 3855 final — Decisão da Comissão relativa à formação por iniciativa própria do funcionário	25.6.2016		1 RE

Título III — Carreira do funcionário					
Capítulo I — Recrutamento					
32.º	Recrutamento	C(2013) 8970 final — Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais de execução em relação aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando da nomeação ou admissão	1.1.2014		1 DGE
29.º (4.º, 43.º)	Nomeação de funcionários superiores	C(2007) 380 — Decisão da Comissão que estabelece as regras de procedimento para o comité consultivo sobre nomeações	7.2.2007		1 RE
29.º (4.º, 5.º, 7.º)	Quadros médios	C(2016) 3288 final — Decisão da Comissão relativa aos quadros médios	16.6.2016		1 RE

Capítulo II — Situação jurídica do funcionário
--

Secção II — Destacamento					
38.º	Destacamento	C(2013) 5555 final — Decisão da Comissão relativa a aspetos administrativos sobre mobilidade externa C(2013) 5554 final — Orientações sobre mobilidade externa	3.9.2013		1 RE

Secção III — Licença sem vencimento					
40.º	Licença sem vencimento	C(2013) 9054 final — Decisão da Comissão relativa às medidas relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e dos agentes contratuais da União Europeia	1.1.2014		1 RE

Secção VI — Licença parental ou para assistência à família					
42.º-A	Licença parental	C(2010) 7572 final — Decisão da Comissão relativa às disposições gerais para execução do artigo 42.º-A do Estatuto dos Funcionários relativo à licença parental	1.1.2011		1 DGE
42.º-B	Licença para assistência à família	C(2010) 7494 final — Decisão da Comissão relativa às disposições gerais de execução do artigo 42.º-B do Estatuto dos Funcionários relativo à licença para assistência à família	1.1.2011		1 RE

Capítulo III — Classificação de serviço, subida de escalão e promoções					
43.º - 44.º, n.º 1	Relatório anual	C(2013) 8985 final — Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais para execução do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e do artigo 44.º, primeiro parágrafo, do Estatuto dos Funcionários [última redação dada pela Decisão C(2016) 7270 final, de 17 de novembro de 2016]	1.1.2014		1 DGE
44.º, n.º 2 - 46.º	Confirmação no lugar de gestão	C(2004) 1891/2 — Decisão da Comissão relativa à aplicação dos artigos 44.º, n.º 2, e 46.º, do Estatuto dos Funcionários e do artigo 7.º, n.º 4, do anexo XIII do Estatuto dos Funcionários	24.5.2004		1 RE
45.º	Promoção	C(2013) 8968 final — Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais para execução do artigo 45.º do Estatuto dos Funcionários	1.1.2014		1 DGE
45.º-A	Certificação	C(2013) 6859 final — Decisão da Comissão de 22.10.2013 relativa às disposições gerais para execução do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários	29.10.2013		1 DGE

Capítulo IV — Cessação de funções					
Secção IV — Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional					
51.º (9.º, 43.º, 44.º, 110.º e Anexo II, artigo 12.º)	Insuficiência profissional	C(2019) 6855 final sobre os procedimentos para lidar com a insuficiência profissional	4.10.2019		1 RE

Secção VI — Títulos honorários					
54.º	Títulos honorários	C(2012) 3192 final — Decisão da Comissão relativa à atribuição de títulos honorários	7.6.2012		1 RE

Título IV — Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I — Duração do trabalho					
55.º	Horário de trabalho	C(2014) 2502 final — Decisão da Comissão relativa ao horário de trabalho	1.6.2014	1.4.2022	1 RE
55.º (1.º-E, n.ºs 1 e 2)		C(2022) 1788 final — Decisão da Comissão sobre o tempo de trabalho e o trabalho híbrido	1.4. 2022		
55.º	Teletrabalho	C(2015) 9151 final — Decisão da Comissão relativa à implementação do teletrabalho nos departamentos da Comissão	1.1.2016	1.4.2022	0
		C(2022) 1788 final — Decisão da Comissão sobre o tempo de trabalho e o trabalho híbrido	1.4. 2022		
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	C(2015) 9720 final — Decisão da Comissão relativa ao artigo 55.º-A do Estatuto dos Funcionários e ao anexo IV-A do referido estatuto em relação ao trabalho a tempo parcial	9.1.2016		1 RE

55.º-B	Trabalho partilhado	C(2004) 1314 — Decisão da Comissão relativa ao artigo 55.º-B do Estatuto dos Funcionários relativo ao trabalho partilhado	1.5.2004		1 RE
56.º Anexo VI	Horas extraordinárias	C(2004) 1318/5 — Decisão da Comissão relativa às funções dos condutores da Comissão [última redação dada pela C(2019) 7822 final, de 30 de outubro de 2019]	1.5.2004		1 RE
		C(1986) 0905/6 — Decisão da Comissão relativa às horas extraordinárias dos funcionários e agentes C dos Gabinetes	1.5.1985		1 RE

Capítulo II — Interrupção de serviço com justificação					
57.º a 58.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	C(2013) 9051 final — Decisão da Comissão relativa às interrupções de serviço [última redação dada pela Decisão C(2020) 1559 final]	1.1.2014		1 RE
		C(2013) 9035 final — Decisão da Comissão relativa a férias no país de origem dos funcionários, agentes temporários e agentes contratuais colocados em países terceiros (artigo 7.º, segundo parágrafo, do anexo V do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014	1.1.2022	1 RE
		C(2022) 1715 final — Decisão da Comissão relativa a férias no país de origem dos funcionários, agentes temporários e agentes contratuais cujo local de afetação seja um país terceiro (artigo 7.º, segundo parágrafo, do anexo V do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2022		
		C(2023) 622 final — Decisão da Comissão relativa às condições de emprego específicas aplicáveis ao pessoal colocado no Gabinete da Comissão em Nuuk, na Gronelândia	27.1.2023		0
57-58	Licença de parto	C(2013) 9051 final — Decisão da Comissão relativa às interrupções de serviço [última redação dada pela C(2020) 1559 final]	1.1.2014		0
59.º a 60.º	Falta por doença	C(2004) 1597/11 — Decisão da Comissão que introduz disposições de execução relativas a ausências em resultado de doença ou acidente	1.5.2004		1 RE

Título V + Anexo VII — Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I — Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII — Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I — Prestações familiares					
67.º a 68.º + Anexo VII (artigos 1.º a 3.º)	Prestações familiares	Decisão da Comissão C(2004) 1364/4 final — Disposições Gerais de Execução para dar cumprimento aos artigos 67.º e 68.º do Estatuto dos Funcionários e aos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII do referido estatuto	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII [artigo 1.º, n.º 2, alínea d)]	Abono de lar por decisão especial	C(2004) 1364/1 final — Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	C(2004) 1364/2 final — Decisão da Comissão sobre disposições gerais de execução relativas a pessoas consideradas como filhos a cargo (anexo VII, artigo 2.º, n.º 4, do Estatuto dos Funcionários)	1.6.2004		1 DGE
67.º-B + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	C(2013) 8971 final — Decisão da Comissão sobre disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar (anexo VII, artigo 3.º, do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014		1 DGE

Secção III — Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Despesas de viagem	C(2013) 8987 final — Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais para dar cumprimento ao artigo 8.º do anexo VII do Estatuto dos Funcionários	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 7.º, n.º 4)	Local de origem	C(2013) 8982 final — Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais de execução relativas ao artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII do Estatuto dos Funcionários relativo à determinação do local de origem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	C(2013) 9040 final sobre disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º)	Despesas de deslocação em serviço	C(2002) 98 que fixa os montantes do subsídio de subsistência diário e os limites máximos de reembolso das despesas com hotéis relativamente a deslocações fora da UE	24.1.2002		1 RE
		C(2017) 5323 final relativa às disposições gerais de execução dos artigos 11.º, 12.º e 13.º do anexo VII do Estatuto dos Funcionários (despesas de deslocação em serviço) e às viagens autorizadas — Guia das deslocações em serviço e das viagens autorizadas	28.9.2017		1 DGE

Capítulo II — Segurança social					
72.º	Reembolso de despesas médicas	C(2007) 3195 final — Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas médicas com a redação dada pela C(2019) 2084 final, de 25 de março de 2019 com a redação dada pela C(2020) 3002 final, de 12 de maio de 2020 com a última redação que lhe foi dada pela C(2023) 7673 final, de 17 de novembro de 2023	1.7.2007		1 DGE
76.º	Empréstimos e ajudas financeiras por razões de ordem social	C(2008) 6610 final relativa à reorganização da Comissão Consultiva Paritária para os empréstimos e as ajudas financeiras por razões de ordem social — anteriormente Comissão Consultiva para os empréstimos e as ajudas financeiras por razões de ordem social — e a revisão das regras relativas às condições e aos procedimentos para a concessão dessa assistência execucional	12.11.2008		1 RE

Capítulo III + Anexo VIII e XIII — Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (artigo 4.º)	Cálculo de direitos de pensão	C(2004) 1364 final/6 — Decisão da Comissão relativa a disposições gerais de execução do artigo 4.º do anexo VIII do Estatuto dos Funcionários relativo à consideração, para efeitos de cálculo dos direitos de pensão, dos períodos de atividade previamente concluídos pelos funcionários antes de regressarem ao ativo	1.5.2004		1 DGE
77.º + Anexo VIII (artigo 9.º)	Reforma antecipada	C(2004) 1588 final/5 — Decisão da Comissão relativa às disposições gerais de execução relativas à reforma antecipada dos funcionários e agentes temporários sem redução dos direitos de pensão [última redação dada pela C(2006) 3581, de 10 de agosto de 2006]	1.5.2004		1 DGE
77.º + Anexo XIII (artigo 26.º)	Transferência de direitos de pensão	C(2004) 1588 final/2 — Disposições gerais de execução do artigo 26.º do anexo XIII do Estatuto dos Funcionários, relativo à transferência de direitos de pensão	1.5.2004		1 DGE
77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)		C(2011) 1278 final — Decisão da Comissão sobre disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativos à transferência de direitos de pensão [com a redação dada pela C(2020) 4818 final, de 20 de julho de 2020]	1.4.2011		1 DGE

Título VI — Regime disciplinar					
86.º + Anexo IX	Procedimentos disciplinares e inquéritos administrativos	C(2019) 4231 final — Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais de execução relativas à realização dos inquéritos administrativos e instauração de processos disciplinares	12.6.2019		1 DGE

Título VIII-A — Disposições especiais aplicáveis ao SEAE					
96.º	Gestão das delegações da UE	JOIN(2012) 8 final — Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre mecanismos de cooperação em matéria de gestão das delegações da União Europeia	28.3.2012		1 RE

Título VIII-B + Anexo X — Disposições especiais e derogatórias aplicáveis aos funcionários cujo lugar de afetação seja					
Anexo X					
Capítulo I — Disposições gerais					
Anexo X (artigos 1.º e 25.º)	Disposições gerais	C(2005) 1871 — Decisão da Comissão sobre as disposições gerais de execução relativas à cobertura do risco de acidente do parceiro, filhos ou outros dependentes de um funcionário, agente temporário ou agente contratual das Comunidades Europeias colocado num país terceiro	16.5.2005		1 DGE
Anexo X (artigos 2.º e 3.º)	Mobilidade	C(2016) 5378 final — Decisão da Comissão relativa à mobilidade do pessoal da Comissão Europeia em serviço nas delegações da União Europeia [última redação dada pela C(2018) 4765 final, de 24 de julho de 2018]	30.8.2016	26.2.2020	1 RE
		C(2020) 997 final — Decisão da Comissão relativa à mobilidade dos agentes contratuais da Comissão Europeia colocados nas delegações da União Europeia	26.2.2020		

		C(2019) 8633 final — Decisão da Comissão que estabelece regras de execução relativas às transferências periódicas dos funcionários colocados nas delegações por procedimento específico (procedimento de mobilidade) + retificação C(2020) 1813	29.11.2019		1 RE
--	--	---	------------	--	------

Capítulo II — Obrigações					
Artigo 101.º-A + Anexo X (artigos 5.º e 23.º)	Alojamento	C(2013) 8965 final — Decisão da Comissão relativa às regras para execução da política de alojamento nas delegações da UE	1.1.2014		1 RE
Anexo X	Disposições especiais relativas à Gronelândia	C(2023) 622 final — Decisão da Comissão relativa às condições de emprego específicas aplicáveis ao pessoal colocado no Gabinete da Comissão em Nuuk, na Gronelândia	27.1.2023		1 RE

Capítulo III — Condições de trabalho					
Anexo X (artigo 8.º)	Períodos de recuperação	C(2013) 9027 final — Decisão da Comissão relativa à gestão dos períodos de recuperação nos termos do artigo 8.º do anexo X do Estatuto dos Funcionários	1.1.2014		1 RE

Capítulo IV — Regime pecuniário e regalias sociais					
Secção 1 — Regime pecuniário e prestações familiares					
Anexo X (artigo 10.º)	Subsídio de condições de vida	C(2013) 9032 final — Decisão da Comissão sobre o subsídio de condições de vida e o subsídio adicional a que se refere o artigo 10.º do anexo X do Estatuto dos Funcionários	1.1.2014		1 RE
Anexo X (artigos 12.º a 13.º)	Moeda e coeficiente de correção	C(2004) 1597/1 relativa à adaptação dos coeficientes de correção e às taxas de câmbio correspondentes referidos nos artigos 12.º e 13.º do anexo X	1.5.2004		1 RE
Anexo X (artigos 3.º e 15.º)	Pagamento do abono escolar	C(2021) 8179 final — Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais de execução relativas ao pagamento do abono escolar previsto no artigo 15.º do anexo X do Estatuto dos Funcionários aos funcionários durante as afetações temporárias à sede da instituição ou a qualquer outro local de afetação na União	17.11.2021		1 DGE
Anexo X (artigo 16.º)	Reembolsos dos funcionários colocados em países terceiros	C(2013) 8990 final relativa aos reembolsos devidos aos funcionários colocados em países terceiros	1.1.2014		1 RE

Secção 2 — Normas relativas ao reembolso das despesas					
Anexo X (artigo 22.º)	Subsídio de alojamento temporário e custo de transporte	C(2004) 1597/2 — Decisão da Comissão relativa à aplicação do artigo 22.º do anexo X relativo à recuperação do subsídio de alojamento temporário e do custo de transporte dos bens pessoais do cônjuge e dependentes	1.5.2004		1 RE

Secção 3 — Segurança social					
Anexo X (artigo 24.º)	Seguro de doença	Notificação administrativa 642 — Decisão da Comissão sobre disposições gerais para execução do artigo 24.º, n.ºs 1 e 2, do anexo X	17.9.1990		1 DGE
Anexo X (artigo 25.º)	Seguro contra acidentes	Decisão da Comissão C(2005) 1871 sobre disposições gerais de execução relativas à cobertura do risco de acidente dos cônjuges, filhos e outros dependentes de um funcionário, um agente temporário ou um agente contratual das Comunidades Europeias colocado num país terceiro	16.5.2005		0

Título IX: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS					
Anexo XIII Disposições transitórias aplicáveis aos funcionários da União (artigo 107.º-A)					
Anexo XIII	Pagamento compensatório	C(2008) 6236 — Decisão da Comissão relativa à introdução de um pagamento compensatório para os funcionários que mudaram de categoria antes de 1 de maio de 2004	1.11.2008		1 RE
Anexo XIII (artigos 22.º e 26.º)	Direitos de pensão	C(2004) 1588 final/6 — Decisão da Comissão relativa às disposições gerais de execução do artigo 22.º, n.º 4, do anexo XIII do Estatuto dos Funcionários	1.5.2004		1 DGE

Regime Aplicável aos Outros Agentes

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I — Disposições gerais aplicáveis aos outros agentes

Capítulo I — Disposições gerais

2.º	«Junior Professionals Programme»	C(2022) 9068 final — Decisão da Comissão que cria o «Junior Professionals Programme»	1.1.2023		1 RE
2.º	Duração do recurso a pessoal não permanente	C(2004) 1597/6 final — Decisão da Comissão relativa à duração máxima do recurso a pessoal não permanente nos serviços da Comissão com a redação dada pela C(2011) 7071 final, de 5 de outubro de 2011, C(2013) 9028 final, de 16 de dezembro de 2013, última redação dada pela C(2019) 2548 final, de 5 de abril de 2019	1.5.2004		1 RE

Título II — Agentes temporários

Capítulo I — Disposições gerais

2.º + 8.º	Política geral de admissão e utilização de agentes temporários	C(2013) 9049 final sobre políticas de admissão e utilização de agentes temporários	1.1.2014		1 RE
-----------	--	--	----------	--	------

Capítulo IV — Condições de trabalho

17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	C(2013) 9020 final — Decisão da Comissão relativa à licença de parto e ao subsídio para mulheres cuja licença de parto começa antes do final do seu contrato	1.1.2014		1 RE
-------------	--	--	----------	--	------

Capítulo VI — Segurança social

39.º	Reforma antecipada	C(2004) 1588 final/5 — Decisão da Comissão relativa às disposições gerais de execução relativas à reforma antecipada dos funcionários e agentes temporários sem redução dos direitos de pensão [última redação dada pela C(2006) 3581, de 10 de agosto de 2006]	1.5.2004		0
------	--------------------	---	----------	--	---

Título IV — Agentes contratuais

Capítulo I — Disposições gerais

79.º	Utilização de agentes contratuais	C(2004) 1597/6 final — Decisão da Comissão relativa à duração máxima do recurso a pessoal não permanente nos serviços da Comissão com a redação dada pela C(2011) 7071 final, de 5 de outubro de 2011, C(2013) 9028 final, de 16 de dezembro de 2013, última redação dada pela C(2019) 2548 final, de 5 de abril de 2019	1.5.2004		0
		C(2017) 6760 final que estabelece as disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia, que rege o regime aplicável aos agentes contratuais contratados pela Comissão nos termos dos artigos 3.º-A e 3.º-B	1.11.2017		1 DGE

Capítulo III — Condições de admissão

82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	C(2004) 1597/6 final — Decisão da Comissão relativa à duração máxima do recurso a pessoal não permanente nos serviços da Comissão com a redação dada pela C(2011) 7071 final, de 5 de outubro de 2011, C(2013) 9028 final, de 16 de dezembro de 2013, última redação dada pela C(2019) 2548 final, de 5 de abril de 2019	1.5.2004		0
------	---	--	----------	--	---

		C(2017) 6760 final que estabelece as disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia, que rege o regime aplicável aos agentes contratuais contratados pela Comissão nos termos dos artigos 3.º-A e 3.º-B	1.11.2017		0
--	--	---	-----------	--	---

Capítulo IV — Disposições especiais relativas aos agentes contratuais a que se refere o artigo 3.º-A					
85.º	Pessoal contratado ao abrigo da legislação nacional não elegível para se tornar agente contratual	C(2008) 4593 final — Decisão da Comissão relativa a determinadas categorias de pessoal empregado pela Comissão Europeia na União Europeia ao abrigo de um contrato de duração indeterminada de acordo com o direito nacional de um dos Estados-Membros	28.8.2008		1 RE
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	C(2004) 1597/6 final — Decisão da Comissão relativa à duração máxima do recurso a pessoal não permanente nos serviços da Comissão com a redação dada pela C(2011) 7071 final, de 5 de outubro de 2011, C(2013) 9028 final, de 16 de dezembro de 2013, última redação dada pela C(2019) 2548 final, de 5 de abril de 2019	1.5.2004		0
		C(2017) 6760 final que estabelece as disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia, que rege o regime aplicável aos agentes contratuais contratados pela Comissão nos termos dos artigos 3.º-A e 3.º-B	1.11.2017		0
87.º	Avaliação dos agentes contratuais	C(2014) 2226 final — Decisão da Comissão sobre disposições gerais de aplicação do artigo 87.º, n.º 1, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia e de aplicação do artigo 44.º, primeiro parágrafo, do Estatuto dos Funcionários	7.4.2014		1 DGE
Artigo 87.º, n.º 3	Reclassificação de agentes contratuais	C(2013) 2529 final — Decisão da Comissão sobre as disposições gerais de execução do artigo 87.º, n.º 3, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia [última redação dada pela C(2014) 2222 final, de 7 de abril de 2014]	3.5.2013		1 DGE
90.º	Intérpretes de conferência	C(2006) 6975 — Regras da Comissão aplicáveis aos intérpretes de conferência contratados em conformidade com os artigos 78.º e 90.º do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia	22.12.2006		1 RE

Capítulo XI — Disposições especiais e derogatórias aplicáveis aos agentes contratuais colocados num país terceiro					
118.º	Mobilidade	C(2016) 5378 final — Decisão da Comissão relativa à mobilidade do pessoal da Comissão Europeia em serviço nas delegações da União Europeia [última redação dada pela C(2018) 4765 final, de 24 de julho de 2018]	30.8.2016	26.2.2020	0
		C(2020) 997 final — Decisão da Comissão relativa à mobilidade dos agentes contratuais da Comissão Europeia colocados nas delegações da União Europeia	26.2.2020		

Título V — Agentes locais					
4.º+120.º	Condições de contratação	Regras da Comissão que estabelecem as condições de contratação dos agentes locais colocados em escritórios e delegações na União Europeia	30.9.2002		1 RE
		Regulamentação-quadro que estabelece as condições de emprego dos agentes locais da Comissão Europeia que trabalham em países terceiros, adotada pela Comissão em 21 de novembro de 1989	1.1.1990		1 RE
		C(2019) 5686 final — Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança relativa ao regime aplicável aos agentes locais da União Europeia contratados em locais de afetação situados no exterior da União Europeia	1.6.2020		1 RE
120.º +121.º	Comissões paritárias relativas aos agentes locais	JOIN(2020) 1 final — Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre comissões paritárias interinstitucionais para determinadas políticas relativas aos agentes locais	14.1.2020		1 RE

121.º	Segurança social	C(2015) 3461 final — Decisão Conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança relativa à gestão administrativa e financeira dos ativos dos regimes criados para criar sistemas autónomos ou complementares de segurança social para os agentes locais nas delegações da União	28.5.2015		1 RE
		C(2019) 5684 final — Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança relativa a uma cobertura médica autónoma ou complementar para os agentes locais nas delegações da União em países onde a cobertura pelo sistema local não existe ou é insuficiente	1.6.2020		1 RE
		C(2019) 5685 final — Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança relativa a benefícios de pensão autónomos ou complementares para os agentes locais nas delegações da União em países onde a cobertura pelo sistema local não existe ou é insuficiente	1.6.2020		1 RE

Título VI — Consultores especiais					
5.º +123.º +124.º	Consultores especiais	C(2007) 6655 — Regras relativas aos consultores especiais da Comissão	19.12.2007		1 RE
		C(2016) 1962 final — Decisão da Comissão relativa à nomeação dos consultores especiais	1.4.2016		1 RE

Legenda

Disposições gerais de execução (DGE)

Regra adotada de comum acordo entre as instituições

Outras regras de execução (RE)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime Aplicável aos Outros Agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I — Disposições gerais

1.º-D, n.º 4	Deficiência	Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 17 de outubro de 2022, relativa a adaptações razoáveis que permitam que uma pessoa portadora de deficiência aceda ao mercado de trabalho e nele participe	1.11.2022		1 RE
1.º-E, n.º 1	Teletrabalho	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de julho de 2021, que estabelece um regime de teletrabalho	1.5.2022		1 RE
1.º-E, n.º 2	Saúde e segurança	Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 15 de novembro de 2016, relativa à nomeação de trabalhadores que lidam com a proteção e prevenção de riscos profissionais (com a redação dada pela Decisão de 12 de julho de 2021)	15.11.2016		1 RE
1.º-E	Medidas sociais	Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 15 de dezembro de 2017, relativa à concessão de assistência social aos agentes da instituição cuja remuneração é inferior ao salário social mínimo no Luxemburgo (com a redação dada pela Decisão de 11 de janeiro de 2024)	1.1.2018		1 RE
2.º	Poderes da AIPN — Tribunal de Justiça	Decisão do Tribunal de Justiça, de 4 de maio de 2004, relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à autoridade investida do poder de nomeação e ao Regime aplicável aos outros agentes à entidade habilitada a celebrar contratos de admissão (última redação dada pela Decisão de 5 de fevereiro de 2019)	4.5.2004		1 RE
2.º	Poderes da AIPN — Tribunal Geral	Decisão do Tribunal Geral, de 22 de setembro de 2014, relativa aos poderes das AIPN (última redação dada pela Decisão de 14 de dezembro de 2016)	22.9.2014	3.2.2022	0
		Decisão do Tribunal Geral que cria um comité para determinados poderes das AIPN	22.9.2014	3.2.2022	
		Decisão do Tribunal Geral, de 11 de dezembro de 2019, que altera a Decisão do Tribunal Geral, de 22 de setembro de 2014, que determina a autoridade investida do poder de nomeação e a entidade habilitada a celebrar contratos de admissão dos funcionários e outros agentes afetados ao Tribunal Geral	11.12.2019	3.2.2022	
		Decisão do Tribunal Geral, de 15 de dezembro de 2021, sobre o exercício da autoridade investida do poder de nomeação e da entidade habilitada a celebrar contratos de admissão dos funcionários e outros agentes afetados ao Tribunal Geral	3.2.2022		1 RE
		Decisão do secretário do Tribunal Geral, de 1 de fevereiro de 2022, que delega o poder de assinar contratos de trabalho e alterações a esses contratos	3.2.2022		1 RE
		Decisão do secretário do Tribunal Geral, de 1 de fevereiro de 2022, que delega os poderes da autoridade investida do poder de nomeação e da entidade habilitada a celebrar contratos de admissão em relação aos funcionários e outros agentes afetados ao Tribunal Geral	3.2.2022		1 RE
5.º + Anexo I e anexo XIII (artigos 30.º a 31.º)	Lugares-tipo	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de maio de 2004, que estabelece disposições gerais de execução relativas à correspondência entre os lugares-tipo e as categorias e graus e que descreve as respetivas funções e responsabilidades	12.5.2004		1 DGE
		Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 17 de novembro de 2014, que classifica os funcionários ativos em 31 de dezembro de 2013 no grupo de funções AD de acordo com os lugares-tipo	18.11.2014		1 RE
		Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 3 de dezembro de 2014, que classifica os funcionários ativos em 31 de dezembro de 2013 no grupo de funções AST de acordo com os lugares-tipo	4.1.2014		1 RE

		Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 17 de novembro de 2014, que determina os critérios gerais de classificação dos funcionários nos graus AD 9 a AD 14 com responsabilidades especiais em relação do lugar-tipo de «chefe de unidade» ou equivalente ou «conselheiro» ou equivalente	17.11.2014		1 RE
9.º + anexo II	Comités e comissões	Decisão de 31 de outubro de 1974 que adota disposições relativas à criação de um Comité do Pessoal (última redação dada pela Decisão de 10 de dezembro de 2012)	1.11.1974		1 RE
9.º + anexo II	Comités e comissões	Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 8 de dezembro de 1987, que cria uma comissão paritária para a saúde e segurança no trabalho (com a redação dada pela Decisão de 30 de abril de 1996)	8.12.1987		1 RE
		Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 9 de janeiro de 2006, que cria uma comissão paritária para as atividades sociais	10.1.2006		1 RE
		Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 10 de julho de 1995, que cria uma comissão paritária para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	1.9.1995		1 RE

Título II — Direitos e deveres do funcionário					
12.º-A	Assédio	Comunicação ao Pessoal n.º 18/06, de 20 de novembro de 2006 (Respeito pela dignidade humana)	20.11.2006		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 22 de fevereiro de 2016, que adota orientações relativas à informação e proteção dos denunciantes	22.2.2016		1 RE
		Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 25 de setembro de 2017, que adota um quadro geral para a denúncia de irregularidades graves (com a redação dada pela Decisão de 11 de junho de 2018)	25.9.2017		1 RE
		Decisão do Tribunal de Justiça, de 12 de julho de 2011, relativa às condições e regras dos inquéritos internos em matéria de luta contra a fraude, a corrupção e todas as atividades ilegais lesivas dos interesses da União Europeia (com a redação dada pela Decisão de 6 de março de 2018)	12.7.2011		1 RE
24.º-B	Sindicatos	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 23 de setembro de 2013, que estabelece regras relativas ao reconhecimento e à representatividade dos sindicatos e das organizações profissionais (OSP)	23.9.2013		1 RE

Título III — Carreira do funcionário					
Capítulo I — Recrutamento					
27.º - 34.º	Recrutamento	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de maio de 2004, que estabelece disposições gerais de execução relativas à classificação no escalão aquando da nomeação dos funcionários ou da admissão de agentes temporários (última redação dada pela Decisão de 24 de março de 2014)	12.5.2004		1 DGE

Capítulo II — Situação jurídica do funcionário					
Secção VI — Licença parental ou para assistência à família					
42.º-A	Licença parental	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de maio de 2004, que estabelece disposições gerais de execução relativas à licença parental	12.5.2004		1 DGE

Capítulo III — Classificação de serviço, subida de escalão e promoções					
43.º	Relatório anual	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 18 de outubro de 2000, que estabelece disposições gerais de execução relativas aos relatórios dos funcionários	18.10.2000		1 DGE
45.º	Promoção	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 19 de outubro de 2005, relativa às promoções (última redação dada pela Decisão de 6 de maio de 2009)	19.10.2005		1 RE
45.º-A	Certificação	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 15 de junho de 2005, que estabelece disposições gerais de execução relativas à aplicação do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários (com a redação dada pela Decisão de 26 de outubro de 2006)	15.6.2005		1 DGE

Capítulo IV — Cessação de funções					
Secção IV — Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional					
51.º	Insuficiência profissional	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 9 de dezembro de 2013, relativa ao procedimento respeitante à insuficiência profissional	1.1.2014		1 RE

Título IV — Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I — Duração do trabalho					
55.º	Horário de trabalho	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 25 de janeiro de 2006, relativa ao horário de trabalho (última redação dada pela Decisão de 9 de dezembro de 2013)	30.9.2009		1 RE
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 11 de maio de 2005, que estabelece regras de execução relativas ao trabalho a tempo parcial (última redação dada pela Decisão de 9 de dezembro de 2013)	1.6.2006		1 RE
		Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 3 de maio de 2014, que determina as condições de aplicação do artigo 55.º-A, n.º 2, alínea d), do Estatuto dos Funcionários	4.5.2014		1 RE
55.º-A + Anexo IV-A	Teletrabalho	Decisão do Comité Administrativo, de 27 de janeiro de 2010, relativa à execução do teletrabalho (última redação dada pela Decisão de 20 de maio de 2019)	27.1.2010	1.5.2022	0
		Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 19 de dezembro de 2017, que estabelece os serviços e/ou as categorias de agentes autorizados a participar no regime de teletrabalho	19.12.2017	1.5.2022	
		Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 19 de dezembro de 2017, relativa à delegação de poderes em matéria de teletrabalho	19.12.2017	1.5.2022	
		Decisão do Diretor-Geral da Administração relativa à delegação de poderes em matéria de teletrabalho	14.2.2018	1.5.2022	
	Teletrabalho ocasional	Decisão do Comité Administrativo, de 20 de maio de 2019, que institui o regime de teletrabalho ocasional	20.5.2019	1.5.2022	
55.º	Teletrabalho	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de julho de 2021, que estabelece um regime de teletrabalho	1.5.2022		0
56.º-B	Dever de disponibilidade	Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 7 de dezembro de 2013, que estabelece as regras aplicáveis aos funcionários e outros agentes regularmente obrigados a permanecer em situação de disponibilidade	1.1.2013		1 RE

Capítulo II — Interrupção de serviço com justificação					
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 26 de maio de 2005, que estabelece regras em matéria de férias (com a redação dada pela Decisão de 23 de janeiro de 2015)	26.5.2005		1 RE
58.º	Licença de parto				
59.º a 60.º	Falta por doença (incluindo trabalho a meio tempo por razões médicas)	Decisão do secretário do Tribunal de Justiça, de 29 de novembro de 2021, relativa ao trabalho a meio tempo por razões médicas	1.12.2021		1 RE

Título V + Anexo VII — Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I — Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII — Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I — Prestações familiares					
67.º a 68.º + Anexo VII	Prestações familiares	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de maio de 2004, que estabelece disposições gerais de execução relativas à aplicação dos artigos 67.º e 68.º do Estatuto dos Funcionários e dos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII do referido estatuto	12.5.2004		1 DGE

67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de maio de 2004, que estabelece disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar (com a redação dada pela Decisão de 27 de janeiro de 2014)	12.5.2004		1 DGE
67.º + Anexo VII	Pessoa considerada como filho a cargo	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de maio de 2004, que estabelece disposições gerais de execução relativas à aplicação do artigo 2.º, n.º 4, do anexo VII do Estatuto dos Funcionários	12.5.2004		1 DGE
67.º + Anexo VII	Abono de lar por decisão especial	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de maio de 2004, que estabelece disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	12.5.2004		1 DGE

Secção III — Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de maio de 2004, que estabelece disposições gerais de execução relativas à aplicação do artigo 7.º, n.º 3, do anexo VII do Estatuto dos Funcionários	1.5.2004		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 27 de janeiro de 2014, que estabelece disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º-A)	Deslocações em serviço	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de maio de 2004, que estabelece disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de deslocações em serviço	12.5.2004		1 DGE

Capítulo III + Anexo VIII e XIII — Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)	Cálculo dos direitos de pensão — Transferência de direitos de pensão	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de maio de 2004, que estabelece disposições gerais de execução relativas à consideração, para efeitos de cálculo dos direitos de pensão, dos períodos de atividade previamente concluídos pelos funcionários antes de regressarem ao ativo	12.5.2004		1 DGE
		Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 12 de maio de 2004, que estabelece disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII do Estatuto dos Funcionários, relativos à transferência dos direitos de pensão	1.5.2004		1 DGE

Título VI — Regime disciplinar					
86.º + Anexo IX	Procedimentos disciplinares e inquéritos administrativos	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 19 de setembro de 2011, que estabelece disposições gerais de execução relativas aos inquéritos administrativos (com a redação dada pela Decisão de 9 de dezembro de 2019)	20.9.2011		1 DGE

Regime Aplicável aos Outros Agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título IV — Agentes contratuais					
Capítulo I — Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 15 de junho de 2005, que estabelece disposições gerais de execução relativas à admissão e utilização de agentes contratuais (última redação dada pela Decisão de 24 de março de 2014)	15.6.2005		1 DGE

Capítulo III — Condições de admissão					
--------------------------------------	--	--	--	--	--

82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 15 de junho de 2005, que estabelece disposições gerais de execução relativas à admissão e utilização de agentes contratuais (última redação dada pela Decisão de 24 de março de 2014)	15.6.2005		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 15 de junho de 2005, que estabelece disposições gerais de execução relativas à admissão e utilização de agentes contratuais (última redação dada pela Decisão de 24 de março de 2014)	15.6.2005		0
Artigo 87.º, n.º 3	Classificação dos agentes contratuais	Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça, de 17 de outubro de 2007, relativa à reclassificação dos agentes contratuais ao abrigo do artigo 3.º-A do Regime Aplicável aos Outros Agentes	18.10.2007		1 RE

Legenda

Disposições gerais de execução (DGE)	Regra adotada de comum acordo entre as instituições	Outras regras de execução (RE)
---	--	---------------------------------------

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU					
Estatuto dos Funcionários					
(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime Aplicável aos Outros Agentes)					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título I — Disposições gerais					
2.º	Poderes da AIPN	Decisão 71 relativa ao exercício dos poderes conferidos à AIPN pelo Estatuto dos Funcionários e à EHCA pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes	4.9.2015	8.11.2023	1 RE
		Decisão 56-2023 relativa ao exercício dos poderes conferidos à autoridade investida do poder de nomeação pelo Estatuto dos Funcionários e à entidade habilitada a celebrar contratos de admissão pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes	8.11.2023		
		Decisão 40-2017 relativa à delegação de determinados poderes atribuídos à autoridade investida do poder de nomeação/EHCA com vista à execução do acordo de prestação de serviços entre o Tribunal de Contas e o Gabinete de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais (PMO)	18.12.2017	24.6.2021	1 RE
		Decisão 52-2021 relativa à delegação de determinados poderes atribuídos à autoridade investida do poder de nomeação/EHCA com vista à execução do acordo de prestação de serviços entre o Tribunal de Contas e o Gabinete de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais (PMO)	24.6.2021		
5.º + Anexo I e Anexo XIII (artigos 30.º a 31.º)	Lugares-tipo e títulos das funções	Decisão 21-2015 relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.1.2016		1 RE
	Afetação de funcionários com responsabilidades especiais para os lugares de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015				
9.º + Anexo II Anexo IX, secção 2	Comités	Decisão 17/2016 que cria uma comissão paritária	1.5.2016		1 RE

		Decisão 31-2017 que estabelece uma Comissão Paritária para a Saúde, Segurança, Restauração e Bem-Estar no Trabalho	10.5.2017		1 RE
		Decisão 26-2018 relativa ao mandato e composição da Comissão Paritária para a Igualdade de Oportunidades	18.6.2018		1 RE
		Decisão 24-2018 que institui uma Comissão Disciplinar alargada	18.4.2018	24.4.2020	1 RE
		Decisão 7-2020 que institui uma Comissão Disciplinar alargada	24.4.2020	18.1.2023	
		Decisão 4-2023 que institui uma Comissão Disciplinar alargada	18.1.2023	6.9.2023	
		Decisão 45-2023 que institui uma Comissão Disciplinar alargada	6.9.2023		

Título II — Direitos e deveres do funcionário					
12.º-A e 24.º	Assédio sexual e moral	Decisão 26-2017 relativa à política para manter um ambiente de trabalho satisfatório e combater o assédio psicológico e sexual	6.4.2017	17.12.2022	1 RE
		Decisão 50-2022 relativa à política do Tribunal de Contas Europeu destinada a garantir um local de trabalho respeitoso e isento de assédio	17.12.2022		
20.º	Local de residência	Decisão 61-2021 relativa à aplicação do artigo 20.º do Estatuto dos Funcionários da União Europeia, aplicável por analogia aos agentes temporários e contratuais e aos peritos nacionais destacados	13.9.2021		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Regras sobre o procedimento a seguir para fornecimento de informações em caso de irregularidades graves («denúncias»)	31.10.2014	14.7.2023	1 RE
		Decisão 36-2023 que adota regras internas relativas à denúncia de irregularidades graves	14.7.2023		
24.º-A	Formação	Decisão 71-2016 que estabelece regras internas relativas à formação profissional (última redação dada pela Decisão 33-2022 de 27.7.2022)	15.11.2016		1 RE

Título III — Carreira do funcionário					
Capítulo I — Recrutamento					
27.º - 34.º	Recrutamento	Decisão 6/-2014 que estabelece disposições gerais de execução relativas aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando da nomeação ou admissão	1.1.2014		1 DGE
29.º, n.º 2 - 34.º - 46.º	Período experimental	Decisão 23-2011 do Tribunal de Contas que estabelece os critérios para a elaboração dos relatórios de avaliação do período experimental dos gestores recém-nomeados (chefes de unidade e diretores)	28.3.2011		1 RE
	Recrutamento de funcionários superiores (AD e AST)	Decisão 30-2015 relativa à nomeação de administradores superiores (última redação dada pela Decisão 43-2021 de 20.5.2021)	3.9.2015		1 RE
		Decisão 32-2015 relativa à nomeação de assistentes superiores (última redação dada pela Decisão 43-2021 de 20.5.2021)	3.9.2015		1 RE
		Decisão 31-2015 relativa aos procedimentos de seleção dos principais gestores e diretores	4.9.2015	9.11.2023	0
		Decisão 58-2023 relativa ao procedimento de seleção dos principais gestores do Tribunal de Contas Europeu	9.11.2023		1 RE
		Decisão 57-2023 relativa aos procedimentos de seleção dos diretores do Tribunal de Contas Europeu	9.11.2023		1 RE

Capítulo II — Situação jurídica do funcionário
Secção II — Destacamento

37.º a 39.º	Destacamento	Decisão 44-2010 do Tribunal de Contas Europeu relativa às condições de destacamento de funcionários do Tribunal	15.7.2010		1 RE
37.º + 10.º ROA + 15.º ROA	Destacamento para um gabinete	Decisão 6-2004 relativa ao processo de recrutamento de pessoal para os gabinetes dos membros	15.1.2004	1.1.2020	1 RE
		Decisão 57-2019 relativa ao recrutamento de pessoal para os gabinetes dos membros e do secretário-geral do Tribunal de Contas	1.1.2020		
		Decisão 59-2004 do Tribunal que estabelece os critérios aplicáveis à classificação em grau e escalão do pessoal afetado aos gabinetes dos membros do TCE (revogada pela Decisão 56-2019 de 1.1.2020)	16.7.2004	1.1.2020	1 RE
		Decisão 27-2015 relativa aos benefícios para os secretários que trabalhem diretamente para os membros do Tribunal de Contas (revogada pela Decisão 56-2019 de 1.1.2020)	1.1.2014	1.1.2020	
		Decisão 56- 2019 que estabelece os critérios aplicáveis à classificação em grau e escalão do pessoal afetado aos gabinetes dos membros e do secretário-geral do Tribunal de Contas	1.1.2020	16.3.2023	
		Decisão 22- 2023 que estabelece os critérios aplicáveis à classificação em grau e escalão do pessoal afetado aos gabinetes dos membros e ao secretário-geral do Tribunal de Contas	16.3.2023		

Secção VI — Licença parental ou para assistência à família					
42.º-A	Licença parental	Decisão 31-2016 que estabelece disposições gerais de execução relativas ao artigo 42.º-A relativo à licença parental	3.6.2016		1 DGE
42.º-B	Licença para assistência à família	Decisão 32-2016 relativa ao artigo 42.º-B relativo à licença para assistência à família	3.6.2016		1 RE

Capítulo III — Classificação de serviço, subida de escalão e promoções					
43.º	Relatório anual	Decisão 39-2014 que estabelece disposições gerais de execução relativas à execução dos artigos 43.º, 44.º, primeiro parágrafo, e 52.º — Procedimento de avaliação periódica do pessoal — COMPASS — sistema de avaliação das competências e do desempenho — Procedimentos para lidar com a insuficiência profissional	9.10.2014		1 DGE
44.º, n.º 1	Subida de escalão				
45.º	Promoção	Decisão 53-2014 relativa às promoções	11.12.2014	14.12.2020	1 RE
		Decisão 26-2020 relativa às promoções	14.12.2020		
45.º-A	Certificação	Decisão 30-2016 que estabelece regras para a execução do artigo 45.º-A (procedimento de certificação para a transferência de um grupo de funções para outro)	30.6.2016		1 RE

Capítulo IV — Cessação de funções					
Secção IV — Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional					
51.º	Insuficiência profissional	Decisão 39-2014 que estabelece disposições gerais de execução relativas à execução dos artigos 43.º, 44.º, primeiro parágrafo, e 52.º — Procedimento de avaliação periódica do pessoal — COMPASS — sistema de avaliação das competências e do desempenho — Procedimentos para lidar com a insuficiência profissional	9.10.2014		0

Título IV — Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I — Duração do trabalho					
55.º	Horário de trabalho e teletrabalho	Decisão 40-2018 relativa ao horário de trabalho	1.3.2019	1.1.2022	1 RE
		Decisão 11-2017 relativa ao teletrabalho nos Serviços Linguísticos e de Tradução	9.2.2017	1.1.2022	

		Decisão 41-2018 relativa ao teletrabalho	1.6.2019	1.1.2022	
		Decisão 74-2021 relativa ao trabalho híbrido	1.1.2022		
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão 23-2014 que estabelece regras para a execução do artigo 55.º-A e do anexo IV-A do Estatuto dos Funcionários relativos ao trabalho a tempo parcial	1.1.2014		1 RE
56.º-B	Dever de disponibilidade	Decisão 38-2021 relativa às regras aplicáveis ao pessoal submetido ao dever de disponibilidade no domicílio	2.6.2021		1 RE
56.º + Anexo VI	Horas extraordinárias	Decisão 27-2015 relativa aos benefícios para os secretários que trabalhem diretamente para os membros do Tribunal de Contas (revogada pela Decisão 56-2019 em 1.1.2020)	1.1.2014	1.1.2020	0
		Decisão 56- 2019 que estabelece os critérios aplicáveis à classificação em grau e escalão do pessoal afetado aos gabinetes dos membros e do secretário-geral do Tribunal de Contas	1.1.2020	16.3.2023	
		Decisão 22- 2023 que estabelece os critérios aplicáveis à classificação em grau e escalão do pessoal afetado aos gabinetes dos membros e do secretário-geral do Tribunal de Contas	16.3.2023		
		Decisão 7-2019 relativa ao pagamento de subsídios fixos por condições especiais de trabalho	1.6.2019	1.4.2023	0
		Decisão 21-2023 relativa ao pagamento de subsídios fixos por condições especiais de trabalho	1.4.2023		

Capítulo II — Interrupção de serviço com justificação					
59.º, n.º 6	Exame médico anual	Decisão 48-2017 relativa aos exames oftalmológicos realizados ao abrigo de uma política de medicina preventiva e reembolso de óculos para trabalho	15.10.2017		1 RE

Título V + Anexo VII — Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I — Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII — Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I — Prestações familiares					
67.º - 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Decisão 4-2014 relativa às disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar (artigo 3.º do anexo VII do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014		1 DGE

Secção III — Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigos 7.º a 8.º)	Despesas de viagem	Decisão 2-2014 que estabelece disposições gerais de execução para dar cumprimento ao artigo 8.º do anexo VII	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Decisão 3-2014 que estabelece disposições gerais de execução para dar cumprimento ao artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII relativo à determinação do local de origem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão 5-2014 relativa às disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º-A)	Despesas de deslocação em serviço	Decisão 60-2004 que estabelece disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de deslocações em serviço	1.9.2004		1 DGE
		Decisão 50-2019 relativa às regras relativas ao reembolso das despesas de viagem e de estadia dos candidatos convocados para provas organizadas no âmbito de um concurso ou de um anúncio de vaga, ou para uma entrevista ou exame médico	1.11.2019		1 RE

Capítulo III + Anexo VIII e XIII — Pensões e subsídio de invalidez
--

77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Decisão 69-2011 relativa às disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativos à transferência de direitos de pensão	30.11.2011		1 DGE
--	--	--	------------	--	--------------

Título VI — Regime disciplinar					
86.º + Anexo IX	Procedimentos disciplinares e inquéritos administrativos	Decisão 78-2006 do Tribunal de Contas que estabelece as regras de execução do anexo IX do Estatuto dos Funcionários relativo aos processos disciplinares	8.11.2006		1 RE
		Decisão 99-2007 do Tribunal de Contas que estabelece regras gerais de execução para a realização de inquéritos administrativos	12.12.2007		1 DGE

Regime Aplicável aos Outros Agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título II — Agentes temporários					
Capítulo I — Disposições gerais					
12.º, n.º 5	Procedimentos de recrutamento dos agentes temporários	Decisão 34-2014 que estabelece regras aplicáveis à seleção e ao recrutamento dos agentes temporários	18.9.2014		1 RE
15.º	Recrutamento	Decisão 6/-2014 que estabelece disposições gerais de execução relativas aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando da nomeação ou admissão	1.1.2014		0

Título IV — Agentes contratuais					
Capítulo I — Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão 19- 2014 do Tribunal de Contas que estabelece disposições gerais de execução relativas aos procedimentos de admissão e utilização de agentes contratuais no Tribunal de Contas	1.1.2014		1 DGE

Capítulo III — Condições de admissão					
82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão 19- 2014 do Tribunal de Contas que estabelece disposições gerais de execução relativas aos procedimentos de admissão e utilização de agentes contratuais no Tribunal de Contas	1.1.2014		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão 19- 2014 do Tribunal de Contas que estabelece disposições gerais de execução relativas aos procedimentos de admissão e utilização de agentes contratuais no Tribunal de Contas	1.1.2014		0

SERVIÇO EUROPEU PARA A AÇÃO EXTERNA					
Estatuto dos Funcionários					
(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime Aplicável aos Outros Agentes)					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título I — Disposições gerais					
--------------------------------------	--	--	--	--	--

1.º-D, n.º 4	Deficiência	PROC EEAS(2011) 013 - Decisão do Conselho, de 29 de abril de 2004, que adota disposições gerais de execução relativas ao artigo 1.º-D, n.º 4	22.11.2011		1 DGE
1.º-E, n.º 1	Medidas de natureza social	Decisão C(2013) 4876 final da Comissão sobre as orientações relativas à assistência domiciliar ou a crianças doentes	25.4.2013		1 RE
2.º	Poderes da AIPN	HR DEC(2012) 012 relativa à delegação e à subdelegação de poderes às AIPN/EHCA dentro do SEAE	18.10.2012		1 RE
		HR DEC(2014) 001 relativa à subdelegação de poderes às AIPN/EHCA dentro do SEAE	7.1.2014		1 RE
		ADMIN(2015) 33 Decisão relativa ao exercício, delegação e subdelegação de poderes relativamente a questões de pessoal, financeiras e administrativas dentro do SEAE	14.9.2015		1 RE
		ADMIN(2015) 35 Decisão relativa ao exercício e à subdelegação de poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes às AIPN/EHCA	15.9.2015	15.11.2019	1 RE
		ADMIN(2019) 31 Decisão do Secretário-Geral do SEAE sobre a subdelegação de poderes	15.11.2019		
		Decisão do Secretário-Geral do SEAE, de 9.12.2022, relativa aos poderes das AIPN/EHCA — disposições transitórias	9.12.2022		1 RE
4	Comité Consultivo das Nomeações (CCN)	ADMIN(2023) 25 Decisão relativa ao Comité Consultivo das Nomeações para o Serviço Europeu para a Ação Externa	11.7.2023		1 RE
5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	PROC EEAS(2011) 002 — Decisão da Comissão C(2008) 5028 relativa aos quadros intermédios	29.11.2011		1 RE
		PROC EEAS(2011) 002 — Decisão da Comissão C(2008) 5029 relativa à função de conselheiro	29.11.2011		1 RE
		ADMIN(2018) 2 — Decisão da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre os lugares-tipo e títulos das funções ADMIN(2023) 26 de 20.7.2023 — Decisão do Secretário-Geral do Serviço Europeu para a Ação Externa que substitui o anexo da ADMIN(2018) 2 — Decisão da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre os lugares-tipo e títulos das funções	9.2.2018		1 RE
7.º	Transferência	PROC EEAS(2011) 002 — Decisão da Comissão C(94) 3895 final relativa à mobilidade	29.11.2011		1 RE
		PROC EEAS(2011) 002 — Decisão da Comissão C(2009) 7839 final que estabelece regras de execução em relação à ocupação temporária de lugares de gestão	29.11.2011		1 RE
		ADMIN(2015) 14 — Decisão do diretor de operações interino do SEAE relativa à organização de um exercício anual de mobilidade interna dos funcionários que pertencem aos grupos de funções AD e AST na sede do SEAE	1.4.2015		1 RE
		ADMIN(2021) 221 — Decisão da AR relativa ao exercício periódico de funções de funcionários e agentes temporários nas delegações da União	1.7.2021		1 RE
9.º + Anexo II, artigo 1.º	Eleições do Comité do Pessoal	ADMIN(2018) 7 — Decisão do Diretor-Geral do Orçamento e da Administração do Serviço Europeu para a Ação Externa — Regras relativas à organização de um referendo sobre o procedimento de eleição do Comité do Pessoal do SEAE	4.4.2018		1 RE
		ADMIN(2018) 17 — Decisão do Diretor-Geral do Orçamento e da Administração do Serviço Europeu para a Ação Externa relativa à adoção do novo procedimento eleitoral do Comité de Pessoal do SEAE	9.8.2018		1 RE
		ADMIN(2019) 29 — Decisão da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre as regras relativas à composição e ao procedimento do Comité de Pessoal do Serviço Europeu para a Ação Externa	4.11.2019		1 RE

Título II — Direitos e deveres do funcionário					
12.º-A	Assédio	PROC EEAS(2011) 002 — C(2006) 1624/3 relativa à política em matéria de assédio	29.11.2011		1 RE

12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	ADMIN(2018) 23 — Decisão da Comissão C(2018) 4048 final relativa às atividades e funções externas e ao exercício de uma atividade profissional após a cessação de funções	1.9.2018		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	PROC EEAS(2011) 008 relativa às condições e regras dos inquéritos internos em matéria de luta contra a fraude, a corrupção e todas as atividades ilegais lesivas dos interesses da União	1.1.2011		1 RE

Título III — Carreira do funcionário

Capítulo I — Recrutamento

27.º a 34.º	Recrutamento	HR DEC(2014) 02 — C(2013) 8970 final que estabelece disposições gerais de execução relativas aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando da nomeação ou admissão	1.3.2014		1 DGE
-------------	--------------	--	----------	--	-------

Capítulo II — Situação jurídica do funcionário

Secção III — Licença sem vencimento

40.º	Licença sem vencimento	EEAS DEC(2014) 009 — Decisão da Comissão C(2013) 9054 relativa às medidas relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais	1.1.2014		1 RE
------	------------------------	--	----------	--	------

Secção VI — Licença parental ou para assistência à família

42.º-A	Licença parental	PROC EEAS(2011) 013 — C(2010) 7572 final relativa às disposições gerais de execução do artigo 42.º-A relativo à licença parental	22.11.2011		1 DGE
42.º-B	Licença para assistência à família	PROC EEAS(2011) 002 — C(2010) 7494 final relativo ao artigo 42.º-B relativo à licença para assistência à família	29.11.2011		1 RE

Capítulo III — Classificação de serviço, subida de escalão e promoções

Artigo 43.º	Relatório anual	ADMIN(2015) 1 que adota disposições gerais para execução do artigo 43.º e do artigo 44.º, primeiro parágrafo) [última redação dada pela ADMIN(2015) 1 REV 1 de 16 de dezembro de 2015]	15.1.2015	24.1.2022	1 DGE
		ADMIN(2022) 3 que adota disposições gerais para execução do artigo 43.º e do artigo 44.º, primeiro parágrafo, do Estatuto dos Funcionários relativo aos relatórios de avaliação para os funcionários e agentes temporários	24.1.2022		
		ADMIN(2022) 9 que determina os critérios comuns de avaliação dos funcionários do SEAE	31.1.2022		1 RE
44	Subida de escalão e grau	ADMIN(2015) 1 que adota disposições de execução do artigo 43.º e do artigo 44.º [última redação dada pela ADMIN(2015) 1 REV 1 de 16 de dezembro de 2015]	15.1.2015	24.1.2022	0
		ADMIN(2022) 3 que adota disposições gerais para execução do artigo 43.º e do artigo 44.º, primeiro parágrafo, do Estatuto dos Funcionários relativo aos relatórios de avaliação para os funcionários e agentes temporários	24.1.2022		
45.º	Promoção	PROC HR(2011) 013 — Decisão do Conselho, de 13 de julho de 1970, que estabelece disposições gerais de execução relativas à data em que começa a antiguidade num grau e à data em que as promoções produzem efeitos	22.11.2011		1 DGE
		ADMIN(2015) 17 relativa a um processo de promoção para aplicação do artigo 45.º [última redação dada pela ADMIN(2015) COR 1 de 21 de dezembro de 2015]	28.5.2015	24.1.2022	1 RE
		ADMIN(2022) 5 que adota disposições gerais para execução do artigo 45.º do Estatuto dos Funcionários relativo à promoção dos funcionários e que estabelece regras para a reclassificação num grau superior de agentes temporários	24.1.2022		1 DGE
		ADMIN(2016) 14 — Decisão que adota um procedimento aplicável à promoção e reclassificação de quadros superiores e equivalentes nos graus AD 14 e AD 15	29.8.2016		1 RE
Artigo 45.º-A	Certificação	ADMIN(2016) 25 — Decisão da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança que adota disposições gerais de execução do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários relativo à certificação	14.12.2016		1 DGE

Título IV — Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I — Duração do trabalho					
55.º	Horário de trabalho	EEAS DEC(2014) 032 — C(2014) 2502 — Decisão relativa ao horário de trabalho	1.7.2014	1.10.2023	1 RE
		Decisão ADMIN(2023) 39 do SEAE relativa ao horário de trabalho e aos regimes de trabalho flexíveis na sede, de 8 de setembro de 2023	1.10.2023		
		Decisão ADMIN(2023) 42 do SEAE relativa ao horário de trabalho e aos regimes de trabalho flexíveis nas delegações, de 8 de setembro de 2023	16.10.2023		1 RE
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	ADMIN(2016) 12 — C(2015) 9720 final, de 8 de janeiro de 2016, relativa ao trabalho a tempo parcial	1.7.2016		1 RE
55.º-A + Anexo IV-A	Teletrabalho	ADMIN(2016) 12 — C(2015) 9151 final, de 17 de dezembro de 2015, relativa à implementação do teletrabalho	1.7.2016	1.10.2023	0
		Decisão ADMIN(2023) 39 do SEAE relativa ao horário de trabalho e aos regimes de trabalho flexíveis na sede, de 8 de setembro de 2023	1.10.2023		
		Decisão ADMIN(2023) 42 do SEAE relativa ao horário de trabalho e aos regimes de trabalho flexíveis nas delegações, de 8 de setembro de 2023	16.10.2023		0

Capítulo II — Interrupção de serviço com justificação					
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	EEAS DEC(2014) 009 — C(2013) 9051 final, de 16 de dezembro de 2013, relativa às interrupções de serviço	1.1.2014		1 RE
		ADMIN(2016) 3 relativa às interrupções de serviço especiais ao abrigo do artigo 57.º do Estatuto dos Funcionários e do artigo 6.º do anexo V do Estatuto dos Funcionários relativos aos procedimentos administrativos ou exames médicos	1.3.2016	13.7.2023	1 RE
		EEAS ADMIN(2023) 23 REV1 relativa às interrupções de serviço especiais para o pessoal das delegações da União, de 12 de julho de 2023	13.7.2023		
		HR DEC(2013) 014 — Decisão relativa a férias no país de origem dos funcionários, agentes temporários e agentes contratuais colocados em países terceiros	1.1.2014	1.1.2022	1 RE
		EEAS ADMIN(2022) 19 relativa a férias no país de origem dos funcionários, agentes temporários e agentes contratuais colocados em países terceiros, de 9 de março de 2022	1.1.2022		
58.º	Licença de parto	EEAS DEC(2014) 009 — C(2013) 9051 final, de 16 de dezembro de 2013, relativa às interrupções de serviço	1.1.2014		0
59.º a 60.º	Falta por doença	PROC EEAS(2011) 002 — C(2004) 159711 — que introduz disposições de execução relativas a ausências em resultado de doença ou acidente	29.11.2011		1 RE

Título V + Anexo VII — Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I — Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII — Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I — Prestações familiares					
67.º a 68.º + Anexo VII (artigos 1.º a 3.º)	Prestações familiares	PROC EEAS(2011) 013 — C(2004) 1364/4 — Disposições gerais de execução para dar cumprimento aos artigos 67.º e 68.º do Estatuto dos Funcionários e aos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII	22.11.2011		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII [artigo 1.º, n.º 2, alínea d)]	Abono de lar por decisão especial	PROC EEAS(2011) 013 — C(2004) 1364/1 — Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	22.11.2011		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	PROC EEAS(2011) 013 — C(2004) 1364/2 — Disposições gerais de execução relativas a pessoas consideradas como filhos a cargo	22.11.2011		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	HR DEC(2014) 02 — C(2013) 8971 relativa às disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar	1.3.2014		1 DGE

Secção III — Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigos 7.º a 8.º)	Despesas de viagem	HR DEC(2014) 02 — C(2013) 8987 final que estabelece disposições gerais para dar cumprimento ao artigo 8.º do anexo VII	1.3.2014		1 DGE
		ADMIN(2017) 4 — Decisão do Diretor-Geral do Orçamento e da Administração do Serviço Europeu para a Ação Externa sobre as orientações que estabelecem a metodologia de fixação do pagamento de montante fixo para as despesas de viagem na aceção do artigo 7.º, n.º 3, do anexo VII do Estatuto dos Funcionários	8.5.2017		1 RE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	HR DEC(2014) 02 — C(2013) 8982 final que estabelece disposições gerais de execução relativas ao artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII relativo à determinação do local de origem	1.3.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	ADMIN(2015) 26 relativa ao reembolso dos custos de mudança de residência dos funcionários provenientes dos serviços diplomáticos dos Estados-Membros e recrutados pelo SEAE sem alteração do local de residência	30.7.2015		1 RE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º-A)	Despesas de deslocação em serviço	PROC EEAS(2011) 002 — C(2002) 98 que fixa os montantes do subsídio de subsistência diário e os limites máximos de reembolso das despesas com hotéis relativamente a deslocações fora da UE	29.11.2011		1 RE
		ADMIN(2018) 5 — Decisão do Secretário-Geral do Serviço Europeu para a Ação Externa relativa às disposições gerais de execução dos artigos 11.º, 12.º e 13.º do anexo VII do Estatuto dos Funcionários (despesas de deslocações em serviço) e às viagens autorizadas — Guia das deslocações em serviço e das viagens autorizadas	27.3.2018		1 DGE
		ADMIN(2019) 35 — Decisão do Secretário-Geral do Serviço Europeu para a Ação Externa, de 16.12.2019, que estabelece um perímetro que define os limites das «imediações do local de afetação» para Bruxelas e delegações da União,	16.12.2019		1 RE

Capítulo III + Anexo VIII — Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (artigo 4.º)	Cálculo de direitos de pensão	PROC EEAS(2011) 013 — C(2004) 1364 final/6 — Disposições gerais de execução relativas ao artigo 4.º do anexo VIII relativo à consideração, para efeitos do cálculo dos direitos de pensão, dos períodos de atividade previamente concluídos pelos funcionários antes de voltarem ao ativo	22.11.2011		1 DGE
77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)	Artigos 11.º e 12.º do Anexo VIII	PROC EEAS(2011) 013 — C(2011) 1278 final — Disposições gerais de execução relativas aos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativo à transferência dos direitos de pensão	22.11.2011		1 DGE

Título VI — Regime disciplinar					
86.º + Anexo IX	Procedimentos disciplinares e inquéritos administrativos	PROC HR EEAS(2011) 013 — C(2004) 1588 final/4 — Disposições gerais de execução relativas à condução dos inquéritos administrativos e dos processos disciplinares	22.11.2011		1 DGE

Título VIII-A — Disposições especiais aplicáveis ao SEAE					
Capítulo I — Disposições gerais					
96.º	Gestão das delegações da UE	JOIN(2012) 8 final — Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre mecanismos de cooperação em matéria de gestão das delegações da União Europeia	28.3.2012		1 RE
		ADMIN(2021) 14 REV 1 — Decisão da DG RM relativa às regras de execução do programa de estágios de alto nível nas delegações da União Europeia em parceria com os Estados-Membros da União Europeia	30.11.2021		1 RE

Título VIII-B + Anexo X — Disposições especiais e derogatórias aplicáveis aos funcionários cujo lugar de afetação seja					
Capítulo I — Disposições gerais					

Anexo X (artigo 1.º)	Disposições gerais	Proc HR(2011) 013 — Decisão da Comissão SEC(88) 636F relativa às disposições gerais de execução relativas ao anexo X do Estatuto dos Funcionários (pontos 3-A, C, D e E)	22.11.2011		1 DGE
Anexo X (artigo 2.º)	Mobilidade	ADMIN(2021) 221 — Decisão da AR relativa ao exercício periódico de funções de funcionários e agentes temporários nas delegações da União	1.7.2021		0

Capítulo II — Obrigações					
Anexo X (artigos 5.º, 23.º)	Alojamento	HR DEC(2013) 011 relativa às regras para execução da política de alojamento nas delegações da UE	17.12.2013		1 RE

Capítulo III — Condições de trabalho					
Anexo X (artigo 8.º)	Períodos de recuperação	ADMIN(2018) 34 que estabelece disposições gerais de execução no que diz respeito à gestão dos períodos de recuperação nos termos do artigo 8.º do anexo X do Estatuto dos Funcionários	20.12.2018		1 DGE

Capítulo IV — Regime pecuniário e regalias sociais					
Secção 1 — Regime pecuniário e prestações familiares					
Anexo X (artigo 10.º)	Subsídio de condições de vida	ADMIN(2015) 28 relativa às orientações que estabelecem a metodologia para determinar a lista anual de países em que as condições de vida são consideradas equivalentes às que habitualmente existem na UE que não dão direito a um subsídio de condições de vida	31.8.2015		1 RE
		ADMIN(2018) 35 que estabelece disposições gerais de execução sobre o subsídio de condições de vida e o subsídio adicional a que se refere o artigo 10.º do anexo X, do Estatuto dos Funcionários	20.12.2018		1 DGE
Anexo X (artigos 12.º a 13.º)	Moeda e coeficiente de correção	PROC EEAS(2011) 02 — C(2004) 1597/1 relativa ao ajuste dos coeficientes de correção e correspondentes taxas de câmbio referidas nos artigos 12.º e 13.º do anexo X	29.11.2011		1 RE
Anexo X (artigos 3.º e 15.º)	Abono escolar durante o período de afetação temporária na sede da instituição ou em qualquer outro local de afetação na União	ADMIN(2021) 261 que estabelece disposições gerais de execução relativas ao pagamento do abono escolar previsto no artigo 15.º do anexo X do Estatuto dos Funcionários aos agentes durante o período de afetação temporária na sede da instituição ou em qualquer outro local de afetação na União	30.11.2021		1 DGE
Anexo X (artigo 16.º)	Reembolso aos funcionários colocados em países não membros	HR DEC(2013) 015 — Decisão relativa aos reembolsos devidos aos funcionários colocados em países não membros	1.1.2014		1 RE

Secção 2 — Normas relativas ao reembolso das despesas					
Anexo X (artigo 2.º)	Subsídio de alojamento temporário e custo de transporte	PROC EEAS(2011) 002 — C(2004) 1597/2 relativa à aplicação do artigo 22.º do anexo X relativo à recuperação do subsídio de alojamento temporário e do custo de transporte dos bens pessoais do cônjuge e dependentes	29.11.2011		1 RE

Secção 3 — Segurança social					
Anexo X (artigo 24.º)	Seguro de doença	PROC EEAS(2011) 013 — Decisão da Comissão sobre as disposições gerais de execução do artigo 24.º, n.ºs 1 e 2, do anexo X	22.11.2011		1 DGE
Anexo X (artigo 25.º)	Seguro contra acidentes	PROC EEAS(2011) 013 — Decisão da Comissão sobre disposições gerais relativas à cobertura do risco de acidente dos cônjuges, filhos e outros dependentes de um funcionário das CE colocados num país terceiro	22.11.2011		1 DGE

Regime Aplicável aos Outros Agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

(10.º, n.º 5)	Recrutamento	ADMIN(2020) 14 — Decisão da AR sobre medidas excecionais e a curto prazo para recrutamento no Serviço Europeu para a Ação Externa	19.5.2020	31.12.2020	0
		ADMIN(2020) 10 — Decisão da AR relativa à duração máxima de contratação de pessoal não permanente ao abrigo de sucessivos contratos de duração limitada de diferentes tipos pelo Serviço Europeu para a Ação Externa	16.7.2020	15.7.2023	1 RE
		ADMIN(2023) 24 — Decisão da AR relativa à duração máxima da contratação pelo Serviço Europeu para a Ação Externa de pessoal não permanente ao abrigo de sucessivos contratos de duração limitada de diferentes tipos e ao período mínimo entre os contratos sucessivos nos termos da artigo 2.º, alínea e), do ROA e que revoga a Decisão ADMIN(2020) 10 da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, de 16.7.2020	15.7.2023		

Título II — Agentes temporários

Capítulo I — Disposições gerais

12.º, n.º 5	Procedimentos de recrutamento dos	ADMIN(2015) 20 que adota disposições gerais para execução do artigo 12.º, n.º 5, relativo à admissão e utilização de agentes temporários	12.8.2015		1 DGE
-------------	-----------------------------------	--	-----------	--	-------

Capítulo IV — Condições de trabalho

17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	EEAS DEC(2014) 009 — C(2013) 9020 final, de 16 de dezembro de 2013, relativa à licença de parto e ao subsídio para mulheres cuja licença de parto começa antes do final do seu contrato	1.1.2014		1 RE
-------------	--	---	----------	--	------

Título IV — Agentes contratuais

Capítulo I — Disposições gerais

79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	PROC EEAS(2011) 02 — C(2006) 6957 aplicável aos intérpretes em conferências contratados em conformidade com os artigos 78.º e 90.º do Regime Aplicável aos Outros Agentes	29.11.2011		1 RE
		PROC EEAS(2011) 13 — C(2011) 1264 final — Disposições gerais de execução relativas aos procedimentos aplicáveis à admissão e utilização de agentes contratuais, com a última redação dada pela C(2013) 8967 de 16/12/2013 e pela EEAS DEC(2014) 048	22.11.2011		1 DGE
118.º + Anexo X	Mobilidade	ADMIN(2017) 19 — Decisão da AR relativa à mobilidade dos agentes contratuais do SEAE.	18.11.2017	11.7.2020	1 RE
		ADMIN(2020) 35 — Decisão de RH relativa à mobilidade dos agentes contratuais do SEAE	11.7.2020		

Capítulo III — Condições de admissão

82.º	Procedimentos de recrutamento dos Agentes contratuais	PROC EEAS(2011) 02 — C(2006) 6957 aplicável aos intérpretes de conferência contratados em conformidade com os artigos 78.º e 90.º do Regime Aplicável aos Outros Agentes	29.11.2011		0
		PROC EEAS(2011) 13 — C(2011) 1264 final — Disposições gerais de execução relativas aos procedimentos aplicáveis à admissão e utilização de agentes contratuais, com a última redação dada pela C(2013) 8967 de 16 de dezembro de 2013 e pela EEAS DEC(2014) 048	22.11.2011		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	PROC EEAS(2011) 02 — C(2006) 6957 aplicável aos intérpretes em conferências contratados em conformidade com os artigos 78.º e 90.º do Regime Aplicável aos Outros Agentes	29.11.2011		0
		PROC EEAS(2011) 13 — C(2011) 1264 final — Disposições gerais de execução relativas aos procedimentos aplicáveis à admissão e utilização de agentes contratuais, com a última redação dada pela C(2013) 8967 de 16 de dezembro de 2013 e pela EEAS DEC(2014) 048	22.11.2011		0

Capítulo IV — Disposições especiais relativas aos agentes contratuais a que se refere o artigo 3.º-A					
87.º	Avaliação dos agentes contratuais	ADMIN(2022) 4 que adota disposições gerais de execução do artigo 87.º, n.º 1, do Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia e de aplicação do artigo 44.º, primeiro parágrafo, do Estatuto dos Funcionários relativo aos relatórios de avaliação dos agentes contratuais	24.1.2022		1 DGE
Artigo 87.º, n.º 3	Reclassificação de agentes contratuais	ADMIN(2015) 23 que adota um procedimento de reclassificação de agentes contratuais contratados ao abrigo do artigo 3.º-A nos termos do artigo 87.º, n.º 3, do Regime Aplicável aos Outros Agentes	31.7.2015	24.1.2022	0
		ADMIN(2022) 6 que adota disposições gerais de execução do artigo 87.º, n.º 3, do Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia relativas à reclassificação de agentes contratuais contratados ao abrigo do artigo 3.º do mesmo	24.1.2022		1 DGE

Título V — Agentes locais					
120	Agentes locais nas delegações — Método aplicável às remunerações	EEAS DEC(2014) 004 — que adota o método de determinação e adaptação da remuneração dos agentes locais a trabalhar nas delegações com a redação dada pela EEAS ADMIN(2019) 14 e última redação dada pela EEAS ADMIN(2020) 21 de 27.5.2020	1.6.2014		1 RE
	Agentes locais — Condições de emprego	Regulamentação-quadro que estabelece as condições de emprego dos agentes locais da Comissão Europeia que trabalham em países terceiros, adotada pela Comissão em 21 de novembro de 1989	1.1.1990	1.6.2020	1 RE
		C(2019) 5686 final — Decisão conjunta da Comissão e do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, de 7 de agosto de 2019, relativa ao regime aplicável aos agentes locais da União Europeia contratados em locais de afetação situados no exterior da União Europeia	1.6.2020		
121.º	Regimes de segurança social dos agentes locais («PFLA» e «CISLA»)	C(2015) 3461 — Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, de 28 de maio de 2015, relativa à gestão administrativa e financeira dos ativos dos regimes criados para criar sistemas autónomos ou complementares de segurança social para os agentes locais nas delegações da União	29.5.2015	1.6.2020	0
	Agentes locais — Fundo de previdência	C(2019) 5685 final — Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, de 7 de agosto de 2019, relativa a benefícios de pensão autónomos ou complementares para os agentes locais nas delegações da União em países onde a cobertura pelo sistema local não existe ou é insuficiente	1.6.2020		1 RE
	Agentes locais — LA-Medical	C(2019) 5684 final — Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, de 7 de agosto de 2019, relativa a cobertura médica autónoma ou complementar para os agentes locais nas delegações da União em países onde a cobertura pelo sistema local não existe ou é insuficiente	1.6.2020		1 RE

Legenda

Disposições gerais de execução (DGE)

Regra adotada de comum acordo entre as instituições

Outras regras de execução (RE)

Comité Económico e Social Europeu

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime Aplicável aos Outros Agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I — Disposições gerais

1.º-E, n.º 1	Medidas de natureza social	Decisão 207/96-A relativa à assistência à família	11.4.1996		1 RE
		Decisão 121/06-A relativa à prestação de assistência psicológica aos membros do pessoal	13.3.2006		1 RE
1.º-E, n.º 1	Saúde e segurança	Decisão 015/21 A relativa ao pagamento de um montante fixo para cobrir os custos extraordinários incorridos pelo pessoal durante o período de teletrabalho obrigatório	15.1.2021		1 RE
		Decisão 118/22 A relativa à atribuição e utilização de um ecrã adicional para o teletrabalho à distância	16.5.2022		1 RE
2.º	Poderes da AIPN	Decisão 081/19 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Secretário-Geral	11.4.2019	28.1.2020 revogada pela 018/20 A	0
		Decisão 189/19 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Presidente	18.7.2019	3.12.2020 revogada pela 235/20 A	
		Decisão 294/19 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Mesa	5.12.2019	5.2.2020 revogada pela 027/20 A	
		Decisão 018/20 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Secretário-Geral	28.1.2020	29.7.2022 revogada pela 176/22 A	
		Decisão 027/20 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Mesa	5.2.2020	3.12.2020 revogada pela 234/20 A	
		Decisão 234/20 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Mesa	3.12.2020	14.7.2022 revogada	
		Decisão 235/20 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Presidente	3.12.2020	14.7.2022 revogada	
		Decisão 024/21 A relativa à subdelegação de poderes — Secretário-Geral	26.1.2021	28.7.2022 revogada pela 173/22 A	

		Decisão 159/22 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Mesa	14.7.2022	28.7.2023 revogada pela 171/23 A	
		Decisão 160/22 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Presidente	14.7.2022	25.8.2023 revogada pela 180/23 A	
		Decisão 173/22 A relativa à subdelegação de poderes — Secretário-Geral	28.7.2022		1 RE
		Decisão 176/22 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Secretário-Geral	29.7.2022		1 RE
		Decisão 171/23 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Mesa	28.7.2023		1 RE
		Decisão 180/23 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA — Presidente	25.8.2023		1 RE
5.º + Anexo I (artigos 30.º a 31.º)	Lugares-tipo	Decisão 033/17 A relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	2.3.2017		1 RE
7.º	Transferência	Decisão 130/15 A que estabelece um regime de mobilidade	11.5.2015		1 RE
9.º	Comités	Decisão 240/19 A que institui o Comité de Classificação (para os relatórios de fim de estágio)	27.9.2019		1 RE

Título II — Direitos e deveres do funcionário					
11 - 21	Ética e integridade	Decisão 510/09 A de 6.8.2009 que adota o código de boa conduta administrativa do CESE	6.8.2009		1 RE
12.º-A	Assédio	Decisão 200/14 A relativa aos procedimentos para lidar com o assédio psicológico e sexual no trabalho (última redação dada pela Decisão 090/22 A de 31.3.2022)	26.9.2014		1 RE
12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	Decisão 038/14 A relativa às atividades externas e afetações	8.2.2014	22.6.2022	1 RE
		Decisão 141/22 A relativa às atividades externas e afetações	22.6.2022		
22.º-A a C	Denúncias	Decisão 053/16 A que estabelece regras relativas às denúncias	3.3.2016	15.12.2021	1 RE
		Decisão 297/21 A que estabelece regras relativas às denúncias	15.12.2021		
22.º-A a C	Ética e integridade	Diretiva Interna DRH 002/18 — Nomeação de conselheiros de ética no CESE (procedimento de denúncia)	30.5.2018		1 RE
24.º-A	Formação	Decisão 189/15 A relativa às regras relacionadas com a aprendizagem e o desenvolvimento	10.7.2015		1 RE
		Decisão 234/17 A sobre as disposições de execução das regras relativas à aprendizagem e desenvolvimento no âmbito do regime linguístico especial para tradutores no Secretariado-Geral do CESE	13.12.2017		1 RE
		Decisão 211/21 A que identifica a formação obrigatória e recomendada relacionada com o plano de ação sobre o quadro ético para o pessoal do Secretariado-Geral do CESE	13.9.2021		1 RE

Título III — Carreira do funcionário					
Capítulo I — Recrutamento					
27.º a 34.º	Recrutamento	Decisão 444/14 A — Disposições gerais de execução aplicáveis à classificação por graus dos funcionários aquando do seu recrutamento ou admissão	4.12.2014		1 DGE
Capítulo II — Situação jurídica do funcionário					

Secção III — Licença sem vencimento					
40.º	Licença sem vencimento	Decisão 235/14 A que executa as medidas relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais	30.10.2014		1 RE

Secção VI — Licença parental ou para assistência à família					
42.º-A	Licença parental	Decisão 238/17 A relativa à licença parental	1.1.2018		1 RE
42.º-B	Licença para assistência à família	Decisão 034/14 A relativa à licença para assistência à família	1.1.2014		1 RE

Capítulo III — Classificação de serviço, subida de escalão e promoções					
43.º	Relatório anual	Decisão 112/16 A que adota disposições gerais de execução relativas aos relatórios de avaliação anuais e ainda Nota relativa à Decisão 112/16 A, artigo 9.º, n.ºs 6, 7 e 8, na sequência da atualização do procedimento anual de notação do pessoal do Comité e da substituição do sistema em papel assinado à mão por um sistema eletrónico de fluxo de trabalho por validação sem papel, com entrada em vigor em 1.4.2018	26.5.2016		1 DGE
		Decisão 007/19 A que adota instruções para as avaliações e para o modelo do relatório de avaliação	17.1.2019	9.2.2022	1 RE
		Decisão 035/22 A que adota instruções para a avaliação e para o modelo do relatório de avaliação	9.2.2022		
45.º	Promoção	Decisão 114/16 A que adota regras relativas às promoções	26.5.2016		1 RE
		Decisão 115/16 A que cria uma comissão paritária de promoções	26.5.2016		1 RE
45.º, alínea a)	Certificação	Decisão do Conselho que adota as disposições gerais de execução do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários	5.10.2017		1 DGE

Capítulo IV — Cessação de funções					
51.º	Insuficiência profissional	Decisão 262/11 A relativa ao procedimento respeitante à insuficiência profissional	25.5.2011		1 RE
52.º, nº 2	Aposentação	Decisão 492/14 A relativa à permanência em serviço até à idade de 67 anos e, excecionalmente, até à idade de 70 anos	22.12.2014		1 RE

Título IV — Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I — Duração do trabalho					
55.º	Horário de trabalho	Decisão 131/17 A relativa às disposições relativas ao tempo de trabalho e ao horário de trabalho	19.7.2017	1.4.2022	1 RE
		Decisão 89/22 A relativa ao regime de trabalho no CESE (projeto-piloto)	1.4.2022	31.12.2023 ¹	
55 a 56 + Anexo VI, artigo 3.º + V, artigo 6.º	Horário de trabalho	Decisão 205/18 relativa às horas extraordinárias para os condutores	1.1.2018		1 RE
55.º, n.º 2	Teletrabalho	Decisão 248/19 A relativa ao regime de teletrabalho no CESE	16.10.2019	1.4.2022	0
		Decisão 89/22 A relativa ao regime de trabalho no CESE (projeto-piloto)	1.4.2022	31.12.2023 ²	
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão 035/14 A relativa ao artigo 55.º-A aplicável ao trabalho a tempo parcial	1.1.2014		1 RE

¹ Decisão 282/23 A relativa ao regime de trabalho híbrido e ao regime de concessão de horas extraordinárias e de licenças especiais para trabalho excecional no CESE, adotada em 22.2.2023 e em vigor em 1.1.2024.

² Idem.

56.º + Anexo VI	Horas extraordinárias	Decisão 037/14 A relativa às horas extraordinárias	1.2.2014	1.4.2022	0
		Decisão 89/22 A relativa ao regime de trabalho no CESE (projeto-piloto)	1.4.2022	31.12.2023 ³	

Capítulo II — Interrupção de serviço com justificação					
57.º + 58.º + 61.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Decisão 212/19 A — Regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	1.10.2019		1 RE
57.º + 58.º	Licença de parto	Decisão 212/19 A — Regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	1.10.2019		0
59.º a 60.º + Anexo V	Falta por doença	Decisão 273/16 A relativa às regras aplicáveis aos funcionários relativamente à falta por doença	1.1.2017		1 RE
60	Ausência	Decisão 212/19 A — Regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	1.10.2019		0

Título V + Anexo VII — Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I — Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII — Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I — Prestações familiares					
67.º - 68.º + Anexo VII [artigo 1.º, n.º 2, alínea d)]	Abono de lar por decisão especial	Decisão 298/04 A que adota disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	1.5.2004		1 DGE
67.º - 68.º + Anexo VII (artigo 2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	Decisão 299/04 A que adota disposições gerais de execução relativas a pessoas consideradas como filhos a cargo	1.5.2004		1 DGE
67.º - 68.º + Anexo VII (artigos 1.º, 2.º e 3.º)	Prestações familiares	Decisão 300/04 A — Disposições gerais de execução para dar cumprimento aos artigos 67.º e 68.º do Estatuto dos Funcionários e aos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII do	1.5.2004		1 DGE
67.º - 68.º + Anexo VII (artigos 1.º, 2.º e 3.º)	Abono escolar	Decisão 019/14 A — Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar (anexo VII, artigo 3.º, do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014		1 DGE

Secção III — Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Despesas de viagem	Decisão 031-14 A relativa ao artigo 8.º do anexo VII	1.1.2014		1 RE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Decisão 030/14 A relativa ao artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII relativo à determinação do local de origem	1.1.2014		1 RE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º)	Despesas de deslocação em serviço	Decisão 890/10 A que adota disposições gerais de execução relativas ao Guia das missões dos funcionários e agentes do CESE	1.1.2011		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão 020/14 A — Disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de mudança de residência (anexo VII, artigo 9.º, do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014		1 DGE

Capítulo III + Anexo VIII — Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (artigo 4.º)	Cálculo de direitos de pensão	Decisão 304/04 A relativa à tomada em consideração dos períodos de serviço anteriormente cumpridos quando da reentrada ao serviço	1.5.2004		1 RE
		Decisão 307/04 A relativa à aquisição de direitos a pensão complementar	1.5.2004		1 RE
77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Decisão 305/04 A relativa à transferência dos direitos de pensão — reabertura das possibilidades	1.5.2004		1 RE

³ Idem.

		Decisão 394/11 A relativa às disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VII	15.7.2011		1 DGE
--	--	--	-----------	--	-------

Título VI — Regime disciplinar					
86.º + Anexo IX	Procedimentos disciplinares e inquéritos administrativos	Decisão 635/05 A relativa às disposições gerais de execução relativas a processos disciplinares e inquéritos administrativos	7.12.2005	6.6.2023	1 DGE
		Decisão 023/07 A que determina a composição do Conselho de Disciplina	22.1.2007	6.6.2023	
		Decisão 124/23 que adota as disposições gerais de execução relativas aos inquéritos administrativos e às regras de execução aplicáveis aos processos disciplinares	6.6.2023		

Regime Aplicável aos Outros Agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título II — Agentes temporários					
Capítulo I — Disposições gerais					
8	Política geral de admissão e utilização de agentes temporários	Diretiva Interna DRH 001/15 — Orientações sobre a admissão de agentes temporários no CESE [em conformidade com o artigo 2.º, alíneas a), e b), do Regime Aplicável aos Outros Agentes — ROA]	17.12.2015		1 RE
10.º + 15.º		Decisão 444/14 A — Disposições gerais de execução aplicáveis à classificação por graus dos funcionários aquando do seu recrutamento ou admissão	4.12.2014		0
(10.º, n.º 3)	Reclassificação de agentes temporários	Decisão 218/22 A que adota as regras relativas à reclassificação dos agentes temporários contratados por tempo indeterminado ao abrigo do artigo 2.º, n.º 2, alíneas a) ou c), do ROA	29.9.2022		1 RE
12.º, n.º 5	Procedimentos de recrutamento de agentes temporários	Diretiva Interna DRH 001/15 — Orientações sobre a admissão de agentes temporários no CESE [em conformidade com o artigo 2.º, alíneas a) e b), do Regime Aplicável aos Outros Agentes — ROA]	17.12.2015		0

Capítulo IV — Condições de trabalho					
16.º + 91.º	Condições de trabalho	Decisão 205/18 relativa às horas extraordinárias para os condutores	1.1.2018		0
17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	Decisão 234/14 A relativa à licença de parto e ao subsídio para mulheres cuja licença de parto começa antes do final do seu contrato	1.1.2014		1 RE

Título IV — Agentes contratuais					
Capítulo I — Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão 443/14 A que adota disposições gerais para execução dos procedimentos aplicáveis ao recrutamento e contratação de agentes contratuais no Comité Económico e Social Europeu	4.12.2014		1 DGE

Capítulo III — Condições de admissão					
--------------------------------------	--	--	--	--	--

82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão 443/14 A que adota disposições gerais para execução dos procedimentos aplicáveis ao recrutamento e contratação de agentes contratuais no Comité Económico e Social Europeu	4.12.2014		0
86	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão 443/14 A que adota disposições gerais para execução dos procedimentos aplicáveis ao recrutamento e contratação de agentes contratuais no Comité Económico e Social Europeu	4.12.2014		0

Legenda

Disposições gerais de execução (DGE)

Regra adotada de comum acordo entre as instituições

Outras regras de execução (RE)

Comité das Regiões

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime Aplicável aos Outros Agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I — Disposições gerais

2.º	Poderes da AIPN (subdelegação)	Decisão 6/2016 relativa aos poderes das AIPN	26.4.2016		1 RE
		Decisão 370/2016 do SG relativa aos poderes das AIPN	1.1.2017		1 RE

		Decisão 68/2016 do Diretor dos Recursos Humanos sobre as competências da AIPN (alterada pela Decisão 9/2019 de 22.2.2019)	1.1.2017		1 RE
		Decisão 32/2015 relativa à substituição temporária das funções do SG em caso de ausência ou de impedimento	2.12.2015	14.3.2023	1 RE
		Regulamento n.º 3/2023, de 14 de março de 2023, que estabelece um sistema de substituição das funções do secretário-geral e de outros membros do pessoal de gestão do Comité das Regiões Europeu	14.3.2023		
5.º + Anexos I e XIII	Lugares-tipo	Decisão 26/2019 relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	18.2.2019	14.6.2023	1 RE
		Decisão 71/2023 relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	14.6.2023		
9.º	Comité de Classificação	Decisão 181/2019 que institui o Comité de Classificação	19.9.2019		1 RE

Título II — Direitos e deveres do funcionário					
11 - 21	Ética e integridade	Decisão 419 relativa aos direitos e às obrigações de deontologia e integridade dos funcionários e dos outros agentes	23.12.2005	18.12.2023	1 RE
		Decisão 157/2023 relativa às regras deontológicas aplicáveis ao secretariado do Comité das Regiões Europeu	18.12.2023		
12.º-A	Assédio	Decisão 362/2010 relativa ao assédio moral e sexual no trabalho	29.11.2010	26.4.2021	1 RE
		Decisão 108/21 relativa à proteção da dignidade do pessoal, à gestão de conflitos e à luta contra o assédio moral e sexual no secretariado do Comité das Regiões Europeu	26.4.2021		
12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	Decisão 66/2014 relativa às atividades externas	11.4.2014	15.11.2022	1 RE
		Decisão 175/22 relativa às atividades externas e ao exercício de uma atividade profissional após a cessação de funções	15.11.2022		
22.º-A a C	Denúncias	Decisão 26/2004 relativa às condições e regras dos inquéritos internos em matéria de luta contra a fraude, a corrupção e todas as atividades ilegais lesivas dos interesses da Comunidade	10.2.2004		1 RE
		Decisão 508/2015 que estabelece regras relativas às denúncias	1.1.2016		1 RE
24.º-A	Formação	Decisão 32/2011 relativa às deslocações em serviço de grupos para formação	8.3.2011		1 RE
		Decisão 73/2015 — Regras em matéria de aprendizagem e desenvolvimento no CR	7.4.2015		1 RE
		Decisão 75/2017 que identifica a formação obrigatória e recomendada para o pessoal do Secretariado-Geral do CR	4.10.2017	23.12.2020	1 RE
		Decisão 52/2020 que identifica a formação obrigatória e recomendada para o pessoal do Secretariado-Geral do CR	23.12.2020		
		Decisão 97/2017 — Regime linguístico especial para tradutores	1.1.2018		1 RE
Título III — Carreira do funcionário					
Capítulo I — Recrutamento					
27.º a 34.º	Recrutamento	Decisão 93/2014 que estabelece disposições gerais de execução relativas à classificação por graus aquando do recrutamento dos funcionários ou da admissão de agentes temporários	1.1.2014		1 DGE
		Instrução de serviço do Secretário-Geral 0001/2019 sobre as regras administrativas internas em matéria de recrutamento	1.2.2019	5.3.2021	1 RE
		Instrução de serviço do Secretário-Geral n.º 1/2021 sobre as regras administrativas internas em matéria de recrutamento	5.3.2021		

Capítulo II — Situação jurídica do funcionário					
Secção III — Licença sem vencimento					
40.º	Licença sem vencimento	Decisão 72/2019 que estabelece medidas de execução relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais da UE	23.4.2019	18.9.2023	1 RE
		Decisão 108/2023 que estabelece medidas de execução relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais do Comité das Regiões Europeu	18.9.2023		

Secção VI — Licença parental ou para assistência à família					
42.º-A	Licença parental	Decisão 166/2017 que adota disposições gerais de execução relativas à licença parental	31.10.2017		1 DGE
42.º-B	Licença para assistência à família	Decisão n.º 22/2014 relativa às regras aplicáveis aos funcionários relativamente à licença para assistência à família	1.1.2014		1 RE

Capítulo III — Classificação de serviço, subida de escalão e promoções					
43.º	Relatório anual	Decisão 13/2019 que adota disposições gerais de execução relativas aos relatórios dos funcionários	1.2.2019	22.3.2021	1 DGE
		Decisão 95/2021 que adota disposições gerais de execução relativas à avaliação do pessoal	22.3.2021	11.12.2023	
		Decisão 150/2023 que adota disposições gerais de execução relativas à avaliação anual do pessoal	11.12.2023		
		Instrução do SG 2/2019 relativa à avaliação do pessoal	15.2.2019	24.3.2021	1 RE
		Instrução de serviço do Secretário-Geral 1/2021 relativa à avaliação do pessoal	24.3.2021	11.12.2023	
		Instrução de serviço do Secretário-Geral 2/2023 relativa à avaliação do pessoal	11.12.2023		
44.º, n.º 1	Subida de escalão	Decisão 360/2013 relativa à aplicação do artigo 7.º, n.º 7, do anexo XIII — subida de escalão	12.11.2013		1 RE
45.º	Promoção	Decisão 14/2019 relativa às promoções	1.2.2019	1.5.2020	1 RE
		Decisão 46/2020 relativa à promoção de funcionários e à classificação num grau superior de agentes contratuais	16.4.2020	16.6.2021	
		Decisão 132/2021 relativa à promoção de funcionários e à classificação num grau superior de agentes contratuais	16.6.2021	20.5.2022	
		Decisão 68/2022 relativa à promoção de funcionários e à classificação num grau superior de agentes contratuais	20.5.2022		1 RE
45.º, n.º 2	Promoção	Decisão 304/2006 relativa à adoção das regras comuns que estabelecem as modalidades de aplicação do artigo 45.º, n.º 2, do Estatuto dos Funcionários (com a redação dada pela Decisão 76/2016 de 25.4.2016)	8.9.2006		
45.º-A	Certificação	Decisão 132/2018 que adota as disposições gerais de execução do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários	10.7.2018	23.7.2020	1 DGE
		Decisão 94/2020 que adota disposições gerais de execução relativas ao artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários	23.7.2020		

Capítulo IV — Cessação de funções					
51.º	Insuficiência profissional	Decisão 47/2020 relativa ao procedimento para identificar, prevenir, gerir e resolver os casos de insuficiência profissional	29.4.2020		1 RE
52.º, n.º 2	Aposentação	Decisão 368/2016 relativa aos funcionários que permanecem em serviço para além da idade de aposentação automática	1.1.2017		1 RE

Título IV — Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I — Duração do trabalho					
55.º	Horário de trabalho	Decisão 126/2017 relativa às disposições relativas ao tempo de trabalho e ao horário de trabalho flexível	18.7.2017	1.3.2022	1 RE
		Decisão 34/2022 relativa ao regime de trabalho no Comité das Regiões Europeu (projeto-piloto)	1.3.2022		
	Trabalho a tempo parcial	Decisão n.º 19/2014 relativa ao artigo 55.º-A do Estatuto dos Funcionários aplicável ao trabalho a tempo parcial	1.1.2014		1 RE
55.º-A + Anexo IV-A	Teletrabalho	Decisão 193/2019 relativa ao regime de teletrabalho	14.10.2019	1.3.2022	0
		Decisão 34/2022 relativa ao regime de trabalho no Comité das Regiões Europeu (projeto-piloto)	1.3.2022		
56.º + Anexo VI	Horas extraordinárias	Decisão 353/2016 relativa ao subsídio fixo por horas extraordinárias para os condutores	1.1.2017	17.6.2020	1 RE
		Decisão 85/2020 relativa ao subsídio fixo por horas extraordinárias para os condutores	17.6.2020		
		Decisão n.º 23/2014 relativa às horas extraordinárias	1.2.2014	1.3.2022	0
		Decisão 34/2022 relativa ao regime de trabalho no Comité das Regiões Europeu (projeto-piloto)	1.3.2022		

Capítulo II — Interrupção de serviço com justificação					
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Decisão 365/2016 relativa às regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	31.10.2016	14.11.2023	1 RE
		Decisão 137/2023 — Férias anuais e a interrupções de serviço especiais	14.11.2023		
		Decisão 366/2016 Orientações sobre a atribuição de interrupções de serviço especiais por motivos de trabalho excecional que vai além das obrigações normais de um funcionário	1.1.2017	1.3.2022	0
		Decisão 34/2022 relativa ao regime de trabalho no Comité das Regiões Europeu (projeto-piloto)	1.3.2022		
58.º	Licença de parto	Decisão 365/2016 relativa às regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	31.10.2016	14.11.2023	0
		Decisão 137/2023 — Férias anuais e a interrupções de serviço especiais	14.11.2023		
59.º a 60.º	Falta por doença	Decisão 322/2016 — Falta por doença	31.10.2016	4.3.2021	1 RE
		Decisão 80/2021 — Falta por doença	4.3.2021		

Título V + Anexo VII — Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário

Capítulo I — Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII — Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I — Prestações familiares					
67.º - 68.º + Anexo VII [artigo 1.º, n.º 2, alínea d)]	Abono de lar por decisão especial	Decisão 315/04 relativa a disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	1.5.2004		1 DGE
67.º - 68.º + Anexo VII (artigo 1.º)	Prestações familiares Abono por filho a cargo	Decisão 317/04 relativa a disposições gerais de execução relacionadas com a aplicação dos artigos 67.º e 68.º e dos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII	1.5.2004		1 DGE
67.º - 68.º + Anexo VII (artigo 2.º)					
67.º - 68.º + Anexo VII (artigo 2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	Decisão n.º 268/98 relativa às disposições gerais de execução do artigo 2.º, n.º 4, do anexo VII	1.12.1998		1 DGE
67.º - 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Decisão n.º 84/2013 relativa às disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar (anexo VII, artigo 3.º, do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014		1 DGE

Secção III — Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigos 7.º a 8.º)	Despesas de viagem	Decisão 118/2019 relativa ao artigo 8.º do anexo VII do Estatuto dos Funcionários	1.6.2019		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Decisão 386/2013 relativa ao artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII relativo à determinação do local de origem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão 385/2013 relativa às disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º-A)	Despesas de deslocação em serviço	Decisão 0053/2010 relativa às disposições gerais de execução relativas ao guia sobre deslocações em serviço para funcionários e outros agentes	1.5.2010		1 DGE

Capítulo II — Segurança social					
76.º	Assistência financeira	Regras internas relativas à aplicação do artigo 76.º do Estatuto dos Funcionários relativo à assistência financeira aos funcionários e outros agentes numa situação financeira particularmente difícil	1.5.1996		1 RE

Capítulo III + Anexo VIII — Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Decisão 83/2011 relativa às disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativos à transferência de direitos de pensão	1.1.2014		1 DGE

Título VI — Regime disciplinar					
86.º + Anexo IX	Procedimentos disciplinares e inquéritos administrativos	Decisão 83/2019 que adota as disposições gerais de execução relativas aos inquéritos administrativos e as regras de execução relativas aos processos disciplinares	6.5.2019		1 DGE

Regime Aplicável aos Outros Agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título II — Agentes temporários					
Capítulo I — Disposições gerais					
12.º, n.º 5	Procedimento de recrutamento dos agentes temporários	Decisão 31/2018 Regras gerais de execução relativas ao recrutamento de agentes temporários	22.2.2018		1 DGE
		Instrução de serviço do Secretário-Geral 0001/2019 sobre as regras administrativas internas em matéria de recrutamento	1.2.2019	5.3.2021	0

		Instrução de serviço do Secretário-Geral n.º 1/2021 sobre as regras administrativas internas em matéria de recrutamento	5.3.2021		
--	--	---	----------	--	--

Capítulo III — Condições de admissão					
15.º	Classificação no escalão	Decisão 93/2014 que estabelece disposições gerais de execução relativas à classificação no escalão aquando do recrutamento dos funcionários ou da admissão de agentes	1.1.2014		0

Capítulo IV — Condições de trabalho					
16.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	Decisão 365/2016 relativa às regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	31.10.2016	14.11.2023	0
		Decisão 137/2023 — Férias anuais e a interrupções de serviço especiais	14.11.2023		

Título IV — Agentes contratuais					
Capítulo III — Condições de admissão					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão 92/2014 relativa às disposições gerais de execução relativas aos procedimentos e às condições de admissão dos agentes contratuais (última redação dada pela Decisão 90/2015)	4.12.2014		1 DGE

Capítulo III — Condições de admissão					
82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão 92/2014 relativa às disposições gerais de execução relativas aos procedimentos e às condições de admissão dos agentes contratuais (última redação dada pela Decisão 90/2015)	1.1.2014		0
		Instrução de serviço do Secretário-Geral 0001/2019 sobre as regras administrativas internas em matéria de recrutamento	1.2.2019	5.3.2021	0
		Instrução de serviço do Secretário-Geral n.º 1/2021 sobre as regras administrativas internas em matéria de recrutamento	5.3.2021		
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão 92/2014 relativa às disposições gerais de execução relativas aos procedimentos e às condições de admissão dos agentes contratuais (última redação dada pela Decisão 90/2015)	1.1.2014		0

Legenda

Disposições gerais de execução (DGE)

Regra adotada de comum acordo entre as instituições

Outras regras de execução (RE)

PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime Aplicável aos Outros Agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I — Disposições gerais

1.º-D, n.º 4	Deficiência	Disposições gerais de execução para aplicação do artigo 1.º-E, n.º 4, relativo ao recrutamento de pessoas com deficiência	1.5.2004		1 DGE
2.º	Poderes da AIPN	Delegação do exercício de poderes enquanto entidade competente para proceder a nomeações	8.9.2015		1 RE
5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	Decisão relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.1.2014	12.10.2020	1 RE
5.º + Anexo I e anexo XIII (artigos 30.º a 31.º)	Afetação de funcionários com responsabilidades especiais para os lugares de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015				
5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	12.10.2020		
9.º	Comités	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa à criação de uma comissão paritária	5.9.2000		1 RE
		Decisão do Provedor de Justiça Europeu que institui o Comité de Classificação	5.6.2008		1 RE

Título II — Direitos e deveres do funcionário

11.º a 21.º	Ética e integridade	Guia em matéria de ética e boa conduta para o pessoal do Provedor de Justiça	18.7.2017		1 RE
		Decisão 419 relativa aos direitos e às obrigações de deontologia e integridade dos funcionários e dos outros agentes	23.12.2005	18.12.2023	1 RE
Artigo 12.º-A, n.º 4	Prevenção do assédio	Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre uma política de prevenção e proteção contra o assédio no trabalho	18.12.2017		1 RE
12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa às regras internas relacionadas com o exercício de uma atividade profissional após deixar o serviço da União Europeia (artigo 16.º do Estatuto dos Funcionários)	7.3.2016	4.3.2021	1 RE
		Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as regras internas relativas às atividades e funções externas (incluindo o artigo 16.º do Estatuto dos Funcionários)	4.3.2021		
22.º-A a C	Denúncias	Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as regras internas relativas à divulgação por motivos de interesse público («denúncia»)	2.12.2015	23.2.2023	1 RE
		Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as regras internas relativas à divulgação por motivos de interesse público («denúncia»)	23.2.2023		
24.º-A	Formação	Decisão que adota o guia sobre formação	12.9.2013		1 RE

Título III — Carreira do funcionário					
Capítulo I — Recrutamento					
27.º a 34.º	Recrutamento	Disposições gerais de execução relativas aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando da nomeação ou do recrutamento	1.1.2014		1 DGE
27.º a 34.º	Recrutamento	Regras relativas ao preenchimento de lugares temporários no quadro de pessoal do Provedor de Justiça Europeu	7.12.2010		1 RE

Capítulo II — Situação jurídica do funcionário					
Secção VI — Licença parental ou para assistência à família					
42.º-A	Licença parental	Disposições gerais de execução relativas ao artigo 42.º-A relativo à licença parental	1.5.2004		1 DGE

Secção VII — Licença no interesse do serviço					
42.º-C	Licença no interesse do serviço	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa a uma licença no interesse do serviço, nos termos do artigo 42.º-C do Estatuto dos Funcionários	11.10.2022		1 RE
Capítulo III — Classificação de serviço, subida de escalão e promoções					
43.º	Relatório anual	Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as disposições gerais de execução dos artigos 43.º e 44.º do Estatuto dos Funcionários	20.12.2017		1 DGE
45.º	Promoção	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa à política de promoções e ao planeamento de carreiras	13.6.2017	7.1.2021	1 RE
		Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa à promoção de funcionários e à reclassificação de agentes temporários e contratuais	7.1.2021		
45.º-A	Certificação	Disposições gerais de execução relativas ao artigo 45.º-A	21.7.2005		1 DGE

Título IV — Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I — Duração do trabalho					
55.º + 55.º-A + Anexo IV-A	Horário de trabalho e teletrabalho	Regras internas relativas ao tempo de trabalho e ao horário de trabalho flexível	12.12.2016	25.10.2021	1 RE
		Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa à implementação do teletrabalho na instituição Provedor de Justiça Europeu	30.9.2014	25.10.2021	
		Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre o tempo de trabalho e o trabalho híbrido	25.10.2021		
	Trabalho a tempo parcial	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa às regras internas em matéria de trabalho a tempo parcial	28.5.2019		1 RE
56.º + Anexo VI	Horas extraordinárias	Regras internas — compensação em relação às horas extraordinárias (artigos 55.º-56-B e anexo VII)	1.5.2014		1 RE
		Regras internas sobre o subsídio fixo (condutores) (última redação dada pela Decisão do Provedor de Justiça Europeu de 7.4.2020)	5. 6.2008		1 RE

Capítulo II — Interrupção de serviço com justificação					
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa a licenças e ausências no Gabinete do Provedor de Justiça	20.7.2023		1 RE
58.º	Licença de parto	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa a licenças e ausências no Gabinete do Provedor de Justiça	20.7.2023		0
59.º a 60.º	Falta por doença	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa a licenças e ausências no Gabinete do Provedor de Justiça	20.7.2023		0

Artigo 59.º, n.º 4	Processo de invalidez	Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre o procedimento de invalidez	2.12.2015		1 RE
--------------------	-----------------------	--	-----------	--	------

Título V + Anexo VII — Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I — Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII — Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I — Prestações familiares					
67.º a 68.º + Anexo VII [artigo 1.º, n.º 2, alínea d)]	Abono de lar por decisão especial	Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 1.º)	Prestações familiares	Disposições gerais de execução relativas à aplicação dos artigos 67.º e 68.º e dos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII relativos ao pagamento das prestações para assistência à família	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 2.º)	Abono por filho a cargo	Disposições gerais de execução relativas à aplicação dos artigos 67.º e 68.º e dos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII relativos ao pagamento das prestações para assistência à	1.5.2004		0
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	Regras gerais de execução relativas ao artigo 2.º, n.º 4, do anexo VII	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar	1.1.2014		1 DGE

Secção III — Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigos 7.º a 8.º)	Local de origem	Disposições gerais de execução relativas à determinação do local de origem	1.5.2004		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Despesas de viagem	Disposições gerais de execução para dar cumprimento ao artigo 8.º do anexo VII relativo ao pagamento de despesas de viagem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de mudança de residência	12.12.2019		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 11.º)	Despesas de deslocação em serviço	Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as disposições gerais de execução dos artigos 11.º, 12.º e 13.º do anexo VII do Estatuto dos Funcionários	1.1.2019		1 DGE
71	Contribuição para as despesas de utilização de transportes públicos	Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as regras internas que regem a contribuição para as despesas de utilização de transportes públicos	17.5.2016	28.4.2023	1 RE
		Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as regras internas que regem a contribuição para a mobilidade sustentável do pessoal entre o domicílio e o local de trabalho	28.4.2023		

Título VI — Regime disciplinar					
86.º + Anexo IX	Procedimentos disciplinares e inquéritos administrativos	Disposições gerais de execução relativas a processos disciplinares e inquéritos administrativos	1.5.2004	23.2.2023	1 DGE
		Decisão do Provedor de Justiça Europeu que estabelece disposições gerais de execução relativas à condução dos inquéritos administrativos e dos procedimentos disciplinares	23.2.2023		

Regime Aplicável aos Outros Agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
Título II — Agentes temporários					
Capítulo I — Disposições gerais					

2.º + 8.º	Admissão e utilização de agentes temporários	Disposições gerais de execução relativas aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando da nomeação ou do recrutamento	1.1.2014		0
		Regras relativas ao preenchimento de lugares temporários no quadro de pessoal do Provedor de Justiça Europeu	7.12.2010		0
10	Reclassificação de agentes temporários	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa à promoção de funcionários e à reclassificação de agentes temporários e contratuais	7.1.2021		0

Título IV — Agentes contratuais					
Capítulo I — Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão relativa aos procedimentos de admissão dos agentes contratuais	1.12.2014		1 DGE

Capítulo III — Condições de admissão					
82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão relativa aos procedimentos de admissão dos agentes contratuais	1.12.2014		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão relativa aos procedimentos de admissão dos agentes contratuais	1.12.2014		0
87.º	Avaliação e reclassificação de agentes contratuais	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa à promoção de funcionários e à reclassificação de agentes temporários e contratuais	7.1.2021		0
		Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as disposições gerais de execução dos artigos 43.º e 44.º do Estatuto dos Funcionários	20.12.2017		0

Legenda

Disposições gerais de execução (DGE)

Regra adotada de comum acordo entre as instituições

Outras regras de execução (RE)

AUTORIDADE EUROPEIA PARA A PROTEÇÃO DE DADOS

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime Aplicável aos Outros Agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I — Disposições gerais

5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	Decisão relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.1.2014		1 RE
9.º	Comités	Decisão relativa à criação de um comité de pessoal	8.2.2006		1 RE

Título II — Direitos e deveres do funcionário

12.º-A	Assédio	Decisão que adota medidas de execução relativas aos artigos 12.º-A e 24.º do Estatuto dos Funcionários no que diz respeito ao procedimento de combate ao assédio	10.12.2014	22.12.2020	1 RE
		Decisão de 22 de dezembro de 2020 que substitui a Decisão de 10 de dezembro de 2014 que adota medidas de execução relativas aos artigos 12.º-A e 24.º do Estatuto dos Funcionários no que diz respeito ao procedimento de combate ao assédio e à nomeação de conselheiros confidenciais	22.12.2020		1 RE
12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	Decisão relativa às atividades e funções externas e ao exercício de uma atividade profissional após a cessação de funções	13.9.2019		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Decisão sobre as regras internas relativas às denúncias	29.11.2019		1 RE
24.º-A	Formação	Decisão relativa à aprendizagem e ao desenvolvimento	14.7.2015		1 RE

Título III — Carreira do funcionário

Capítulo I — Recrutamento

27.º a 34.º	Recrutamento	Decisão 54 relativa às disposições gerais de execução relativas à classificação no escalão aquando do recrutamento ou da admissão	1.1.2014		1 DGE
-------------	--------------	---	----------	--	-------

Capítulo II — Situação jurídica do funcionário

Secção II — Destacamento

38.º	Destacamento	Política da AEPD em matéria de destacamentos e intercâmbios de curta duração	12.6.2014		1 RE
		Decisão conjunta AEPD-CEPD sobre o programa de destacamento de curta duração do CEPD	12.6.2019		1 RE

Secção III — Licença sem vencimento

40.º	Licença sem vencimento	Decisão da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, de 19 de dezembro de 2019, relativa às medidas relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais da União Europeia	19.12.2019		1 RE
------	------------------------	--	------------	--	------

Secção VI — Licença parental ou para assistência à família

42.º-A	Licença parental	Disposições gerais de execução relativas ao artigo 42.º-A relativo à licença parental	1.7.2005		1 DGE
42.º-A, 42.º-B + 35.º	Licença parental	Diretiva 1/2009 relativa às suspensões do período de estágio em caso de licença parental e de licença para assistência à família	1.9.2009		1 RE
42.º-B	Licença para assistência à família	Decisão 14 relativa às disposições gerais de execução relativas à licença para assistência à família	1.5.2004		1 RE

Capítulo III — Classificação de serviço, subida de escalão e promoções					
Artigo 43.º	Relatório anual	Decisão 30-A que adota disposições gerais de execução relativas aos relatórios dos funcionários	15.12.2014	21.12.2020	1 DGE
		DECISÃO da AEPD que estabelece disposições gerais para execução do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e do artigo 44.º, primeiro parágrafo, do Estatuto dos Funcionários	21.12.2020		
45	Promoção	Decisão 38-B que adota disposições gerais de execução relativas às promoções	24.5.2017	27.4.2022	1 DGE
		Decisão da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, de 27 de abril de 2022, que adota disposições de execução relativas às promoções e que revoga a decisão relativa às disposições gerais de execução relativas às promoções de 24 de maio de 2017	27.4.2022		
Artigo 45.º-A	Certificação	Decisão 43-B que estabelece disposições gerais de execução relativas ao artigo 45.º-A	15.12.2014		1 DGE

Capítulo IV — Cessação de funções					
Secção IV — Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional					
51.º	Insuficiência profissional	Decisão da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados relativa ao procedimento de deteção, gestão e resolução da insuficiência profissional	10.11.2015		1 RE

Título IV — Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I — Duração do trabalho					
55.º	Horário de trabalho	Decisão relativa ao horário de trabalho	1.1.2014	21.4.2022	1 RE
		Decisão da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, de 21 de abril de 2022, sobre o tempo de trabalho e o trabalho híbrido	21.4.2022		
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão 10 relativa às regras relativas ao trabalho a tempo parcial	1.5.2004		1 RE
	Teletrabalho	Decisão relativa ao teletrabalho	7.2.2019	21.4.2022	0
		Decisão da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, de 21 de abril de 2022, sobre o tempo de trabalho e o trabalho híbrido	21.4.2022		

Capítulo II — Interrupção de serviço com justificação					
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Decisão relativa às interrupções de serviço	1.1.2014		1 RE
58.º	Licença de parto				
Artigo 57.º, n.º 2 + anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Diretiva n.º 2/2009 relativa à gestão do tempo de amamentação	1.9.2009		1 RE
59.º a 60.º	Falta por doença	Decisão que introduz disposições de execução relativas a ausências em resultado de doença ou acidente	20.12.2004		1 RE

Título V + Anexo VII — Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I — Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII — Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I — Prestações familiares					
67.º - 68.º + Anexo VII [artigo 1.º, n.º 2, alínea d)]	Abono de lar por decisão especial	Disposições gerais de execução relativas ao abono de lar por decisão especial - Decisão 21	1.5.2004		1 DGE
67.º - 68.º + Anexo VII (artigo 2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	Disposições gerais de execução relativas à pessoa considerada como filho a cargo	1.5.2004		1 DGE
67.º - 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar - Decisão 55	14.7.2014		1 DGE

Secção III — Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigos 7.º a 8.º)	Despesas de viagem	Decisão que adota disposições gerais de execução relativas às despesas de viagem anuais	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas à aplicação do artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII relativo ao local de origem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão 53 que adota disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º-A)	Despesas de deslocação em serviço	Disposições gerais de execução que adotam o guia das deslocações em serviço	9.12.2004	20.6.2022	1 DGE
		Decisão da AEPD relativa às deslocações em serviço e às viagens autorizadas, que altera e aprova o guia das deslocações em serviço da AEPD	20.6.2022		

Capítulo III + Anexo VIII e XIII — Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo XIII (artigo 4.º)	Cálculo de direitos de pensão	Disposições gerais de execução relativas ao artigo 4.º do anexo VIII relativo ao cálculo dos direitos de pensão pelos anos trabalhados antes da entrada ao serviço	1.10.2007		1 DGE
77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Decisão 36-A que adota disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativos à transferência de direitos de pensão	16.2.2012		1 DGE

Título VI — Regime disciplinar					
86.º + Anexo IX	Procedimentos disciplinares e inquéritos administrativos	Decisão da AEPD que adota disposições de execução relativas à realização de inquéritos administrativos e à instauração de processos disciplinares	1.1.2014		1 DGE
86.º + Anexo IX	Luta contra a fraude, a corrupção e qualquer outra atividade ilegal	Decisão relativa às condições e regras dos inquéritos internos em matéria de luta contra a fraude, a corrupção e todas as atividades ilegais lesivas dos interesses da União	24.9.2019		1 RE

Título VII — Espécies de recurso					
90.º a 91.º	Reclamações e recursos	Decisão que adota medidas de execução relativas aos artigos 90.º e 91.º	11.11.2014		1 RE

Regime Aplicável aos Outros Agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título II — Agentes temporários					
---------------------------------	--	--	--	--	--

Capítulo IV — Condições de trabalho					
17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	Decisão 51 relativa à licença de parto e ao subsídio para quando a licença de parto começa antes do final do seu contrato	1.1.2014		1 RE

Título IV — Agentes contratuais					
Capítulo I — Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão 48 relativa às disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime Aplicável aos Outros Agentes relativas às condições de admissão de agentes contratuais 3-A e 3-B (alterada pela Decisão 56 de 1 de janeiro de 2014 relativa às regras gerais de execução relativas às condições de admissão de agentes contratuais)	16.2.2012	4.11.2020	1 DGE
		Decisão da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, de 4 de novembro de 2020, relativa às disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime Aplicável aos Outros Agentes, que rege o regime aplicável aos agentes contratuais contratados pela Autoridade Europeia para a Proteção de Dados nos termos dos artigos 3.º-A e 3.º-B do ROA	4.11.2020		

Capítulo III — Condições de admissão					
82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão 48 relativa às disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime Aplicável aos Outros Agentes relativas às condições de admissão de agentes contratuais 3-A e 3-B (alterada pela Decisão 56 de 1 de janeiro de 2014 relativa às regras gerais de execução relativas às condições de admissão de agentes contratuais)	16.2.2012		0
86.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão 48 relativa às disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime Aplicável aos Outros Agentes relativas às condições de admissão de agentes contratuais 3-A e 3-B (alterada pela Decisão 56 de 1 de janeiro de 2014 relativa às regras gerais de execução relativas às condições de admissão de agentes contratuais)	16.2.2012		0

Capítulo V — Disposições especiais					
2.º + 88.º	Duração máxima do recurso a pessoal não permanente	Decisão da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (AEPD) de 13.12.2018 relativa à duração máxima do recurso a pessoal não permanente na AEPD	13.12.2018		1 RE

Legenda

Disposições gerais de execução (DGE)

Regra adotada de comum acordo entre as instituições

Outras regras de execução (RE)